

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL**

ANA CAROLINA BRITO DA CUNHA

**O EXERCÍCIO PROFISSIONAL E A REDUÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO:
REFLEXÕES A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO**

Florianópolis

2019

ANA CAROLINA BRITO DA CUNHA

**O EXERCÍCIO PROFISSIONAL E A REDUÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO:
REFLEXÕES A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.
Orientadora: Profa. Dra. Beatriz Augusto de Paiva

Florianópolis

2019

ANA CAROLINA BRITO DA CUNHA

**O EXERCÍCIO PROFISSIONAL E A REDUÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO:
REFLEXÕES A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO**

Este Trabalho Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do Título de Bacharel em Serviço Social e aprovado em sua forma final pelo Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, 19 de junho de 2019.

Banca Examinadora:

Prof.^a Beatriz Augusto de Paiva, Dra.

Orientadora

Universidade Federal de Santa Catarina

Prof.^a Vania Maria Manfroi, Dra.

Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Edilane Bertelli, Dr.

Universidade Federal de Santa Catarina

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer primeiramente a Deus e as bênçãos que Ele tem concedido sempre para eu ter chego até aqui, pois sem Ele nada seria possível, inclusive a vida e novas conquistas.

A minha mãe Maria Amalia que me apoiou em todas as decisões, independente das escolhas, meu pai Jorge sempre presente na minha vida e irmão Leonardo, participando de todas as conquistas. Meu avô Djalma, segundo pai se esforçando para me dar uma educação única e de qualidade. Avó Anita, participando também de minha criação e não deixando faltar nada. Também os avós João e Alete, crendo e apoiando meu sucesso. Amo todos incondicionalmente.

Agradeço aos meus amigos no qual tive o prazer de conhecer no decorrer da graduação, Ana Paula, Ana Correia, Kamilla, Guilherme e Juliana, sem vocês os desafios com certeza ficaram muito mais difíceis. Aos meus amigos da escola e da vida, Carolina, Larissa, Júlia, Guilherme e Leticia.

A minha supervisora de campo na Irmandade do Divino Espirito Santo, muito especial, atenta e paciente Mariana, gratidão pelos ensinamentos em que sei que levarei para a vida toda.

E finalmente, minha orientadora de TCC, quase uma anja, sempre calma com seus ensinamentos ricos e inteligentes para conseguir concluir com êxito meu trabalho.

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo analisar o exercício profissional e a jornada de trabalho a partir da experiência de estágio na IDES com uma problematização teórica acerca de temas recorrentes do estágio e que são os objetos de reflexão na literatura de serviço social. Para o desenvolvimento do trabalho acadêmico, realizamos uma pesquisa bibliográfica, com abordagem qualitativa, utilizando como aporte teórico, especialmente, autores como: Vicente (2015), Campos (2009), Lacerda (2014), Alceno (2012) e Souza (2008). Constituímos o trabalho em três seções, presenciando a implantação das 30 horas na IDES, com a divisão de trabalho duas assistentes sociais. No decorrer da experiência de estágio, foram identificados alguns problemas como, sobrecarga de trabalho condensada na nova jornada, diferenciação salarial acentuada, certa diluição do processo pedagógico do estágio de formação em serviço social no interior das demais atividades. Estas questões foram se sobrepondo junto com a rotina institucional já atravessada de tantos outros problemas, próprios das ONGs que atendem crianças e jovens no país. O presente estudo permitiu compreender e analisar os impactos da redução da jornada de trabalho no exercício profissional do assistente social no programa jovem aprendiz na IDES. Situar a luta histórica pela redução da jornada de trabalho do serviço social, identificar o exercício profissional dos assistentes sociais dentro da instituição do programa jovem aprendiz e contextualizar os efeitos da redução da jornada de trabalho para o exercício profissional.

Palavras-chave: Jornada de trabalho. ONG. Jovem. Sobrecarga. Instituição. Jovem Aprendiz. Serviço social. Assistente Social.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	6
2 REFLEXÃO SOBRE A EXPERIENCIA DE ESTÁGIO NA IDES – O CAMINHO DA APRENDIZAGEM DO EXERCICIO PROFISSIONAL	11
2.1 A IDES COMO ESPAÇO INSTITUCIONAL	11
2.2 O SERVIÇO SOCIAL NA IDES: O DESAFIO DE UMA ONG NA ÁREA DA POLÍTICA DE PROTEÇÃO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	14
2.3 O PERCURSO ACADEMICO COMO ESTAGIARIA: REFLEXÕES SOBRE O PROCESSO PEDAGOGICO E A APRENDIZAGEM DO EXERCICIO PROFISSIONAL ...	25
3 O SERVIÇO SOCIAL NA IDES E A NOVA JORNADA DE TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL	33
3.1 A TRANSFORMAÇÃO DO TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL NO SÉCULO XXI .	33
3.2 A QUESTÃO DA NOVA JORNADA DE TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL: SOBRECARGA E TRABALHO CONDENSADO, REBAIXAMENTO E DIFERENCIAÇÃO SALARIAL	37
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	48
REFERÊNCIAS	50

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho de conclusão de curso tem como objetivo debater sobre o exercício profissional da assistente social no programa de aprendizagem no NUFT (núcleo formação e trabalho) dentro da instituição IDES (Irmandade do Divino Espírito Santo) relacionado à jornada de trabalho do assistente social com base na experiência de estágio não obrigatório realizado no decorrer da graduação.

Considerando os limites de uma monografia de conclusão de curso de graduação, nos propomos neste trabalho a apresentar uma reflexão e apresentação do espaço institucional e o serviço social na IDES, o desafio de uma ONG na área da política de proteção da criança e do adolescente e o percurso acadêmico como estagiária: reflexões sobre o processo pedagógico e a aprendizagem do exercício profissional numa primeira parte, seguida no segundo capítulo sobre a transformação do trabalho do serviço social no séc. XXI e uma problematização teórica com base na literatura do serviço social, acerca do exercício profissional, precedida pelo debate sobre a questão da jornada de trabalho.

Presenciamos a implantação das 30 horas na IDES, com a divisão de trabalho por duas assistentes sociais. No decorrer da experiência de estágio, foram identificados alguns problemas como sobrecarga de trabalho condensada na nova jornada; diferenciação salarial acentuada; certa dileção do processo pedagógico do estágio de formação em serviço social no interior das demais atividades.

O interesse para a elaboração deste trabalho surgiu a partir da experiência como estagiária da IDES. Trazer e fazer uma reflexão sobre o exercício profissional do serviço social relacionada à jornada de trabalho no processo de desenvolvimento a partir a primeira experiência no mercado de trabalho dos jovens na instituição. Foi constatado também, como uma estagiária de serviço social e convivendo com a prática profissional, a demanda excessiva que a assistente social atende em seu horário de trabalho, como: somente uma profissional de serviço social no núcleo para atender a todos os adolescentes; sobrecarga excessiva nos atendimentos; atividades externas nas quais se exige tempo e entre outros, surgiram dúvidas e questionamentos relacionados, como já dito, sobre o exercício profissional da assistente social na IDES, com a jornada de trabalho conquistada, as 30h semanais.

A metodologia realizada foi a partir da pesquisa bibliográfica de artigos, livros, teses, resumos e trabalhos acadêmicos. Lima e Miotto (2007, p. 44) destacam:

Ao tratar da pesquisa bibliográfica, é importante destacar que ela é sempre realizada para fundamentar teoricamente o objeto de estudo, contribuindo com elementos que

subsidiar a análise futura dos dados obtidos. Portanto, difere da revisão bibliográfica uma vez que vai além da simples observação de dados contidos nas fontes pesquisadas, pois imprime sobre eles a teoria, a compreensão crítica do significado neles existente. Utilizar-se de um desenho metodológico circular ou de aproximações sucessivas no encaminhamento da pesquisa bibliográfica, permite, através da flexibilidade na apreensão dos dados, maior alcance no trato dialético desses dados, pois o objeto de estudo pode ser constantemente revisto, garantindo o aprimoramento na definição dos procedimentos metodológicos, como também a exposição mais eficiente do percurso de pesquisa realizado.

De acordo com o documento oficial do CFESS (Conselho Federal do Serviço Social), sobre a nova lei de regulamentação profissional (Lei 8.662/1993):

[...] a conquista das 30 horas semanais sem redução de salário para assistentes sociais deve ser compreendida no conjunto das lutas da classe trabalhadora, porque contribui para a garantia de melhores condições de trabalho e se insere na luta pelo direito a o trabalho com qualidade para todos/as (CFESS, 2011, p. 1).

Ou seja, a nova lei foi implementada tendo como principal objetivo, contribuir para melhorar as condições de trabalho e a qualidade profissional dos assistentes sociais: sem desgaste mental, tempo de lazer, tempo para atendimentos, escrever relatórios etc. Importante também, efetuar a atuação do seu projeto profissional que tem destaque as três dimensões, “ético-político, teórico-metodológico e técnico-operativo” no qual tem como reflexo seu cotidiano.

De acordo com Vicente (2015) em artigo no qual discute sobre o desgaste mental das assistentes sociais, relata que em muitos casos ocorrem em seu cotidiano assédio moral; intensificação do trabalho; precariedade das condições, dos meios e dos instrumentos de trabalho; exposições ao sol, poeira e esgotos a céu aberto; ameaça iminente à vida; tráfico de drogas ilícitas; acidentes de trabalho, exposição a riscos à integridade e a penosidade no trabalho com as expressões da questão social. O autor diz por fim, com estas análises que é importante debater sempre sobre o assunto, pois são vidas profissionais que atuam sobre outras cotidianamente no qual é preciso ser preservada.

A relevância do tema vem de acordo com a problematização do trabalho, o exercício profissional precedido pelo debate da questão da nova jornada de trabalho, reflexão da experiência de estágio da IDES, transformações do serviço social no atual século XXI e sobrecarga de trabalho condensada na nova jornada de trabalho de 30 horas semanais.

Sobre os motivos de ordem prática para o trabalho, sabemos que, o profissional de serviço social é de grande importância para os adolescentes e jovens, pois tem o papel de orientar e mostrar para o usuário os direitos que eles têm como trabalhadores dentro das leis de jovem aprendiz. O NUFT subsiste por conta de empresas que se conveniam com a instituição para inserção de adolescentes ou jovens aprendizes. Como será dito nos capítulos a

seguir, as empresas são divididas entre contratação direta e indireta, ou seja, diretas são as que contratam os serviços do NUFT a fim de requerer um adolescente ou jovem para exercer a função de aprendiz, estas se responsabilizam por repassar o salário e benefícios diretamente para os adolescentes contratados. Sendo assim, o núcleo se compromete com o amparo do adolescente em questões profissionais, pessoais e também referente à parte teórica que é determinada pela Lei n. 10.097 (CAMPOS, 2009):

Na hipótese de os Serviços Nacionais de Aprendizagem não oferecerem cursos ou vagas suficientes para atender à demanda dos estabelecimentos, esta poderá ser suprida por outras entidades qualificadas em formação técnico-profissional metódica, a saber:

I – Escolas Técnicas de Educação;

II – Entidades sem fins lucrativos, que tenham por objetivo a assistência ao adolescente e à educação profissional, registradas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

§ 1º As entidades mencionadas neste artigo deverão contar com estrutura adequada ao desenvolvimento dos programas de aprendizagem, de forma a manter a qualidade do processo de ensino, bem como acompanhar e avaliar os resultados (BRASIL, 2000, p. 2).

Uma das questões observadas é que muitas das empresas conveniadas não cumprem no decorrer do dia a dia com as leis estabelecidas da aprendizagem ou até mesmo não sabem o que pode e o que não pode e acontecem insistências para realizar as atividades como: manusear dinheiro ou cartão de crédito; carregar peso excessivo; realizar atividades nas quais manuseiam objetos perfurantes; funções de serviços gerais e limpeza; permanecer em locais de trânsito ou automóveis; realização de hora extra. No entanto a partir disto, o manual da aprendizagem diz que:

[...] obter parecer técnico circunstanciado, assinado por profissional legalmente habilitado em segurança e saúde do trabalho, que ateste a ausência de risco que possa comprometer a saúde e a segurança do adolescente, a ser depositado na Superintendência Regional do Trabalho e Emprego da circunscrição onde ocorrerem as referidas atividades (BRASIL, 2014, p. 21).

Com estas questões abordadas, a assistente social precisa intervir a partir do manual da aprendizagem corretamente. Outra questão, como já foi destacado, - as atividades e demandas realizadas pela assistente social, é necessário atenção e tempo para cumpri-las, com isto, o resultado é a grande sobrecarga e os atendimentos, visitas nas empresas e/ou domiciliares acabam não tem o resultado desejado. Lembrando que a lei da jornada de 30h, ocorreu para facilitar o cotidiano do profissional para os mesmos obterem momentos livres e com o objetivo de as empresas e instituições contratarem mais assistentes sociais para todos não ficarem sobrecarregados.

Sobre o exercício profissional, as assistentes sociais precisam elaborar com êxito suas funções de acordo com a profissão de serviço social dentro da instituição e seguir as leis impostas e o projeto ético político.

Assim, com a prática norteada pela lei que regulamenta a profissão, Lei nº 8.8662/93, em seu artigo 4º. “São competências do Assistente Social: II. Elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil” (BRASIL, 1990, p. 1).

O serviço social possui suas especificidades, ou seja, não atua como outras profissões na qual contem nas instituições, com isto o papel dos assistentes sociais é indispensável, pois atuam como por exemplo, “sensibilidades nos atendimentos; capacidade para motivação e estímulo; convicção e confiança nas pessoas e na sua capacidade de realização e resolução dos problemas; aptidão para o relacionamento humano; maturidade humana; fortaleza e afincamento para vencer dificuldades [...]” (SANTOS, 2008, p. 10).

É importante destacar então, o cuidado que o assistente social precisa ter no atendimento ao usuário e sua família para explicar tais situações com cuidado para os mesmos entenderem, da melhor forma e de acordo com sua “linguagem”, como, por exemplo, [...] “perceber a natureza do conjunto causal que constitui o cotidiano do assistente social é fundamental para, no âmbito de sua práxis social, conseguir perceber, de forma mais fiel possível à realidade, os limites e possibilidades para a materialização do direito na vida do usuário” (LACERDA, 2014, p. 28).

Analisar o papel das principais questões do que os assistentes sociais praticam dentro do programa de aprendizagem, a partir das suas demandas tendo como principal questão, como os profissionais orientam sobre os direitos dos adolescentes e como aprendizes em uma ONG de jovens, a partir das leis constitucionais e como a jornada de trabalho encoraja o exercício profissional.

Sobre os desafios no qual as ONGs pelo Brasil apresentam, será discutido no trabalho, que de acordo com Rakos (2016, p. 19):

A complexidade das situações que se apresentam no cotidiano de prática profissional nos campos de atuação das/dos assistentes sociais demonstra a multidimensionalidade das formas contemporâneas de exploração, desigualdade, opressão e de luta social a que os sujeitos com os quais trabalhamos estão submetidos.

Ou seja, é explícito o quão essencial são os profissionais do serviço social enquanto existem fortes demandas com a maioria sendo a população de vulnerabilidade social baixa.

No trabalho, serão esclarecidos também como já dito, as transformações do serviço social no século XXI que para isto precisou alocar uma síntese da trajetória histórica da profissão que surgiu no século XX e obtiveram diversas lutas, tendo em vista situar em que medida o serviço social sofre transformações, do ponto de vista das suas requisições institucionais.

Explicar a trajetória do serviço social enquanto profissão até a nova jornada de trabalho com o exercício profissional. Será usada em grande parte do segundo capítulo reflexões de Alceno (2012, p. 62) que diz em seu trabalho, como a mudança das horas alterou o cotidiano dos profissionais: “a redução da carga horária para os (as) assistentes sociais provocou alterações no cotidiano profissional, que, no entanto, só vieram a contribuir para a realização de uma prática profissional compatível com projeto ético-político da profissão.”.

Reflexão importante para entender os processos a partir da redução da jornada de trabalho dos assistentes sociais.

2 REFLEXÃO SOBRE A EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO NA IDES – O CAMINHO DA APRENDIZAGEM DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL

2.1 A IDES COMO ESPAÇO INSTITUCIONAL

A Irmandade do Divino Espírito Santo (IDES) [...] teve sua fundação em 10 de junho de 1773, começando na atuação social em 1910 como orfanato Lar São Vicente de Paulo. Em 1977 ampliou seu atendimento com a criação do Jardim de Infância Girassol, na mesma década agregando ao seu leque de projetos a IDES, surgiu a partir da necessidade percebida por membros da Prefeitura Municipal de Florianópolis, que estavam realizando estudo sobre a situação dos adolescentes e jovens no município, sendo identificadas demandas como mendicância e trabalhos precários. (IDES, 2019, p. 1).

Tais demandas impulsionaram a criação da IDES, cujo objetivo foi a criação de um espaço para formação integral das crianças e adolescentes. Dentre os projetos desenvolvidos destacava-se o Projeto Menor Trabalhador, tendo o encaminhamento de adolescentes ao mercado formal de trabalho (IDES, 2019, p. 1).

Esta instituição é dividida em três núcleos que são: NUI - Núcleo da Infância (composto pela Casa Lar São Vicente de Paula); CEIG - Centro de Educação Infantil Girassol; NAE – Núcleo Arte e Educação (contra turno escolar) e NUFT – Núcleo Formação e Trabalho (inserção de adolescentes, como aprendizes, no mercado de trabalho).

Os recursos financeiros da instituição são originários de voluntários e doações, pois há um grande reconhecimento da sociedade. Guimarães (2013, p. 5) discorre com mais detalhes sobre a importância dos recursos financeiros:

Os recursos financeiros são oriundos de subvenções municipais, doações da sociedade civil, prestação de serviços, aluguéis de imóveis e comercialização de produtos produzidos na instituição através de brechós. Bem como, recursos advindos da parceria com empresas públicas e privadas, nas quais os jovens são encaminhados para ingresso como aprendiz.

O quadro técnico e profissional é bastante amplo, devido à dimensão da instituição. Existindo, atualmente, na instituição o seguinte quadro técnico: Assistente Social, Pedagogo, Psicólogo, Administrador, Educador Social, Orientador Social, cozinheiras, auxiliares materno infantil, professores auxiliares, auxiliares de sala, secretária, auxiliar em serviços gerais, monitores de educação e professores. No entanto, cabe destacar que a instituição também conta com o trabalho de pessoas que são voluntárias.

De acordo com Reina (2016, p. 3):

[...] a Irmandade do Divino Espírito Santo é composta pelos associados nomeados de irmãos, estes são convidados por outros associados, pagam uma anuidade para a instituição, formam uma chapa entre os mesmos e têm o poder para votação na decisão da candidatura aos cargos de provedor, vice, diretoria e conselheiros. Cabe salientar que não são os Irmãos a instância máxima para deliberação das ações na Instituição.

De acordo com o site da IDES (2019, p. 1), algumas informações sobre o quadro organizacional:

[...] abaixo dos irmãos está o Conselho Fiscal, composto por (03) três pessoas, na sequência o conselho Consultivo Titular composto por (05) cinco pessoas e seus respectivos Conselhos Suplentes, demandando (03) três conselheiros para os suplentes fiscais e (05) cinco para os suplentes consultivos. E por fim o Conselho Permanente, constituído por (07) sete conselheiros. Posteriormente, na organização hierárquica apresenta-se o provedor e seu vice provedor e seguido dos (05) cinco diretores. Os irmãos (associados), conselheiros, provedor, vice provedor e diretores são todos cargos voluntários, ou seja, não recebem remuneração alguma para exercer essa função.

Após os cargos eleitos e voluntários a instância máxima da Irmandade do Divino Espírito Santo que passa a ser remunerada é a coordenação geral, sendo esta a pessoa responsável por todos os núcleos. A instituição conta também com uma secretária que está diretamente vinculada à provedoria e diretoria, fazendo contato com os núcleos. Cada núcleo opera de forma independente, porém interligada e com articulação.

O NUI é dividido pelo Lar São Vicente de Paulo e o Centro de Educação Infantil Girassol, cada serviço possui seu respectivo coordenador e funcionários separadamente. O Lar São Vicente de Paulo conta com uma coordenadora, um assistente social, uma psicóloga, dezessete auxiliares materno infantis, uma estagiária de serviço social e duas cozinheiras. É necessário ter numerosos funcionários por ser um abrigo de acolhimento institucional para crianças que estão sob a responsabilidade do Estado, por conta dos direitos violados com a família de origem e por estarem em situação de risco. Portanto, sua atual moradia é o NUI, necessitando assim de acompanhamento em período integral, tendo esse local a capacidade para até vinte crianças sendo que no momento está abrigando em torno de seis.

O CEIG conta com uma coordenadora, uma auxiliar de coordenação, duas pedagogas, uma assistente social, uma educadora social, uma monitora de educação, quarenta e cinco auxiliares de sala, sete professores contratados pela IDES e doze professores cedidos pela Prefeitura de Florianópolis. Com o objetivo de ser uma creche e pré-escola gratuita e atualmente o CEIG possui quatrocentas crianças matriculadas.

Outro núcleo incluso na instituição, porém situado em outro bairro é o NAE, e conta com um coordenador, um auxiliar de coordenação, uma pedagoga, uma assistente social, uma regente de coral, cinco educadores, quatro professores cedidos pela Prefeitura e uma psicóloga. Atualmente o NAE atende cento e trinta crianças e adolescentes.

Portanto, há o NUFT que, - é composto por uma equipe multidisciplinar, conta com uma coordenadora, um orientador educacional, um consultor de parcerias, uma assistente social, uma auxiliar de escritório, uma estagiária de Serviço Social, cinco educadores de sala, uma educadora social e uma psicóloga. No momento atual o NUFT possui aproximadamente duzentos e trinta e oito jovens atendidos.

Além dos três Núcleos a Irmandade do Divino Espírito Santo dispõe de uma equipe administrativa, tendo uma coordenação geral, uma secretária executiva, duas pessoas responsáveis pela parte administrativo/financeiro, outras duas encarregadas pela gestão de pessoas, duas envolvidas com mobilização e *marketing*, dezessete pessoas para a parte operacional e um adolescente aprendiz.

A IDES, como já mencionado, faz parte do terceiro setor e abrange as ONGs sem fins lucrativos. E a instituição submetida a análise encontra-se alicerçada no terceiro setor.

Cabe destacar que a gênese do Terceiro Setor reúne forte influência da reestruturação do capital advindo de uma potente crise sistêmica ocorrida a partir da década de 1970.

No que se refere aos recursos financeiros, cada Núcleo possui sua especificidade. A Instituição conta com brechó realizado pelos voluntários, as roupas e pertences vendidos são doados pelas escolas particulares que estão no entorno da IDES. Porém, esse brechó em cada temporada é organizado por um núcleo que também é o beneficiado pela verba arrecadada. Similarmente há um bazar que se realiza esporadicamente, pois depende da instituição ser escolhida pela Receita Federal como entidade a ser beneficiada com doações, com pertences apreendidos e que são destinados á IDES.

O NAE e o Lar São Vicente de Paulo contam com o convênio de subvenção, ou seja, as organizações sem fins lucrativos que necessitam de recursos para manutenção de seus programas e projetos recorrem ao Poder Público por intermédio de convênios, que se intitulam de subvenções sociais

O Centro de Educação Infantil Girassol - CEIG e o Núcleo Arte e Educação recebem verba tanto da assistência social quanto da educação. O CEIG, em específico, recebe uma parcela que é destinada para a merenda diária e os salários dos funcionários também são abatidos dessa mesma parcela que é remetida à provisão dos alimentos.

O município de Florianópolis em no ano de 2002 não possuía recurso financeiro para abertura de novas creches e a Irmandade do Divino Espírito Santo estava em processo de construção do atual prédio que sediará o CEIG. Em vista disso, realizou-se uma parceria entre o município e a IDES, a primeira enviou verba para contribuição do término da construção do prédio da instituição, e a IDES se encarregou de aumentar para até quatrocentas e quinze vagas pelo tempo que perdurar a parceria, trinta anos. Isto é, para acomodar as crianças que se encontravam em lista de espera para iniciar o ano letivo em alguma creche do município no qual finalmente foi inaugurado em 2014.

2.2 O SERVIÇO SOCIAL NA IDES: O DESAFIO DE UMA ONG NA ÁREA DA POLÍTICA DE PROTEÇÃO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Sobre a profissão de serviço social e seu processo histórico e transformações nas suas requisições institucionais, serão destacados alguns pontos.

A expansão dos serviços sociais, no século XX, está ligada ao desenvolvimento da noção de cidadania, a luta pelos direitos sociais, é perpassada pela luta contra o estigma do assistencialismo, presente até os dias atuais. O direito do trabalhador, reconhecido pelo próprio capital, é manipulado para se tornar um meio de reforço de visão paternalista do Estado. As políticas sociais trabalhadas vêm a partir das necessidades da sociedade como fome, habitação, alimentação e etc. Com isto, o serviço social torna-se um meio para satisfazer as necessidades da reprodução ampliada do capital.

Marilda Iamamoto e Carvalho (1982 p.240), pensam o serviço social a partir de suas relações de classe e sua característica principal é a contraditoriedade. Sobre o serviço social é necessário relacionar com os processos sociais e econômicos da sociedade brasileira. A partir de 1932 começou a intervenção do movimento católica como, ação universitária, associação das bibliotecas católicas e liga eleitoral católica. Na época, foi um poder muito forte, a justificativa era “Deus é fonte de toda justiça, e apenas uma sociedade baseada nos princípios da cristandade pode realizar a justiça social.” Portanto, a relação da igreja com o Estado era de a Igreja reunião a descristianização da burguesia com o alinhamento do Estado laico ao direito natural. O objetivo da Igreja era “recuperar o proletariado da influência de ideologias exóticas (postura anticomunista) e ordenar as relações de produção e harmonizar as classes em conflito” e resgatar os jovens da sociedade.

Em 1936 surge a primeira escola de serviço social em São Paulo e o departamento de assistência social. Lembrando que já existiam algumas instituições como associações das

senhoras brasileiras e a liga das senhoras católicas as quais já possuíam um forte apoio do Estado e igreja católica. Foi realizado no mesmo ano, o primeiro curso intensivo do serviço social, com duração de três meses e palestras sobre temas sociais, legais, educacionais e médicos de infância para o problema “infância abandonada”. Logo, em 1938 formaram-se as primeiras alunas da escola técnica de serviço social. “No decorrer da década de 40 surgem várias escolas de serviço social nas capitais dos estados, sendo que quatorze delas enviaram representação ao I Congresso Brasileiro de Serviço Social, realizado em 1947.” (IAMAMOTO, 1978, p.256). Após, começaram os desafios no mercado de trabalho para as novas profissionais, no qual a maior luta era e ainda é o reconhecimento da profissão nas instituições, empresas e serviços públicos. “Os centros familiares organizados pelo CEAS, a partir do convênio com o departamento de serviço social do Estado, começaram a funcionar a partir de 1940 nos bairros operários; estes centros deveriam se constituir como modelos de prática do serviço social. Sua finalidade seria a de “separar as famílias das classes proletárias, prevenindo sua desorganização e decadência e procurando elevar seu nível econômico e cultural por meio de serviços de assistência e educação” (atividades desempenhadas: plantão, visitas domiciliares, bibliotecas infantis, reuniões educativas, curso primário, curso de formação familiar, restaurante para os operários)”. (IAMAMOTO, 1978, p.260). Nas empresas, o serviço social tinha o papel de racionar os serviços assistenciais como atividade de cooperativismo, ajuda mutua e organização de lazeres educativos. No campo médico eram ligados a puericultura e cuidado de doenças transmissíveis e hereditárias. Por fim, a atuação pratica era ligada a organização da assistência para educação popular e pesquisa social.

Mesmo com o golpe de Getúlio Vargas em 1937, a situação mudou um pouco, como as repressões físicas, a legislação sindical dava fecho ao círculo de ataque às formas autônomas de organização da classe trabalhadora e criou-se o imposto sindical.

O governo brasileiro usa um discurso para mobilizar a população quanto ao esforço requerido pela guerra; apesar da expansão industrial, decresce o salário real; pioram as condições de vida, aumenta-se o ritmo do trabalho e intensifica-se a exploração; exacerba-se a impopularidade do governo, ocorrendo o fortalecimento da oposição e o reaparecimento do movimento operário (IAMAMOTO; CARVALHO, 2005, p. 247).

O mesmo governo implantou grandes instituições sociais e assistenciais que criaram as condições para a existência de um grande desenvolvimento no mercado de trabalho. Criou se também o SENAI:

1942 - empreendimento que visava à necessidade crescente de qualificação da mão-de-obra exigida pela indústria. A formação anteriormente dava-se no interior das empresas ou através da importação de mão-de-obra. É aqui que podemos situar a

iniciativa da atuação coletiva do empresariado, a estratégia aqui utilizada consistia em articular a violência simbólica do sistema escolar e a coerção e autoritarismo das unidades de produção (IAMAMOTO; CARVALHO, 2005, p. 247).

O SESI em 1946 tinha como, - “objetivos: estudar, planejar e executar medidas que contribuam para o bem-estar do trabalhador na indústria, “visando a valorização do homem e os incentivos à atividade produtora” (bem-estar voltado ao incremento da produtividade) (IAMAMOTO; CARVALHO, 2005, p. 245). Sendo assim, extrapola-se o controle interno que ocorre nas unidades fabris para o cotidiano da vida dos proletários. E por fim, a fundação Leão VIII, atuação focalizada nos habitantes das favelas no qual teve grande crescimento a partir do êxodo rural. O primeiro trabalho do serviço social foi implantada em 1942 na estrutura burocrática do seguro social, pensão para os aposentados comerciários. Com isto, o assistente social passou a ser elemento que esclarecia sobre o seguro social e educação social do assegurado.

O serviço social na ditadura militar foi muito destacado na história da profissão, com o início do novo regime, perspectivas e possibilidades de muitas críticas. Com o golpe militar em 1964, o espaço de atuação dos assistentes sociais e a execução das políticas sociais, tem como principal função eliminar a resistência cultural enquanto obstáculos ao crescimento econômico, o Estado passa a controlar a relação capital- trabalho, controlando sindicatos, e institui políticas sociais. Este período é marcado também, pela repressão aos setores populares organizados e aqueles considerados inimigos do novo regime, com abertura de espaço para novos organizadores e com isto, surgiram os “inimigos internos” no novo regime, onde surgiram torturas para o controle político. Com a manipulação política, é implantado o “milagre econômico”, após taxas elevadas de desemprego, custo reduzido de mão de obra, graças as medidas importantes na transformação das relações do trabalho. Com isto, destaca-se a nova política de arrocho salarial, o sistema de estabilidade do emprego, pelo FGTS. Em consequência disto, a política social se coloca como estratégia para atenuar sequelas do desenvolvimento do capitalismo monopolista do país.

Houve também, obstáculos para o desenvolvimento econômico pois obteve a resistência cultural sobre as inovações e a prestação de serviços para reprodução de maior produtividade no trabalho.

O quadro da conjunção do regime militar do assistente social fez com que a profissão houvesse eficiência da ação profissional moderna com planejamento, administração e coordenação sendo fundamentais neste quesito.

Em decorrer dos acontecimentos, é preciso destacar pois foi um grande marco para história da profissão e sua evolução. Em 1974 foi criado o II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento) no qual tinha como objetivo, beneficiar a população com nível de pobreza absoluta, com o regime militar no fim, tudo ficou mais maleável.

Em 1979, - ocorreu uma crise econômica, e com isto foi criado o III PND, para a melhoria da educação, saúde, saneamento, previdência social, habitação popular e desenvolvimento comunitário. A Yamamoto e Carvalho (1982) dizem que, - a assistência torna-se âmbito de lutas políticas dos setores populares, uma forte demanda da própria classe na luta pela conquista da cidadania, em face do agravamento da pauperização dos trabalhadores. Ocorre também o partido trabalhista com o objetivo de deterioração das condições da vida da classe trabalhadora voltados para a complementação de baixos salários. De um lado, a ampliação de políticas sociais destinadas a atenuar a política econômica de concentração de renda e do outro, as condições de vida da população e do movimento crescente da sociedade civil no qual coloca a pressão do serviço social no Estado que exige a modernização técnica da profissão, para assumir a função de mediadora para o aparato assistencial dos beneficiários e conquistar o apoio da população aos programas governamentais em desenvolvimento.

Com a pressão dos movimentos sociais populares, surgiram novas demandas para a prática do serviço social, considerando suas reais necessidades inclusive as de sobrevivência, no qual é a principal.

A crise do capital em 1979 aos ataques sobre os trabalhadores, nesta época, houve grandes mobilizações da luta contra a ditadura militar, redemocratização do país e organização dos trabalhadores relacionados a independência de classes. Em 1977 o movimento operário se aliou a outros movimentos configurando um movimento sindical classista, que se chamou Anampos (Articulação Nacional do Movimento Sindical e Popular), no qual se construiu em 1978. As características deste sindicato são: mobilização e solidariedade classista e internacionalista greves por categorias e gerais nos anos 80, fundação da CUT (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra) e CMP (Central de Movimentos Populares). Nestes períodos obtiveram algumas bases como, a luta pelo salário mínimo profissional e a carga horária das assistentes sociais no qual culminou com Lei n. 4645/84.

Sobre o III CBAS (Congresso Brasileiro dos Assistentes Sociais) em 1979, este encontro teve como objetivo a luta nacional, impulsionar a luta com condições de trabalho, carga horária, e salário dos assistentes sociais, eram grandes as entidades presentes em várias partes do país e até latino-americanos. Foi realizado como já dito acima, em período de

grande luta de classes no país no momento mais dinâmico da economia brasileira com grande desenvolvimento das forças produtivas no processo também do enfrentamento da ditadura militar. No entanto, em meio ao congresso, o mesmo se reverte por conta de insatisfação dos presentes que a partir de uma assembleia convocada, muda o rumo dos congressos e altera a dinâmica e organização que passou a debater políticas sociais no ponto de vista das relações sociais. Este congresso foi categorizado por “Congresso da Virada”.

A virada neste congresso expressou grande identificação através dos profissionais como a sua condição de trabalhador assalariado no qual vende sua força de trabalho no mercado.

Sobre o serviço social na IDES, o mesmo se deu em 1961, quando esta profissão iniciou seus trabalhos em nosso estado. Inicialmente era vista como uma profissão de cunho caritativo e caráter religioso, exercido pelas damas da alta sociedade. Os esforços estavam voltados para as obras sociais, no entanto a assistência consistia basicamente na doação de donativos.

A constituição federal de 1988 reconheceu a assistência social como política social, em conjunto com as políticas de saúde e previdência e com isto foi fundamental para suas construções. Com isto:

[...] a sociedade civil busca maneira de pôr fim ao sistema ditatorial, surgindo vários focos de manifestações, como por exemplo, a guerrilha armada na zona urbana e rural, greves e movimentos contra a carestia. O serviço social põe sua força em campo, para fortalecer o nascimento dessa política no campo democrático dos direitos sociais desenvolvendo múltiplas articulações e debates (NETTO, 2007, p. 5).

Na IDES o Serviço Social está presente desde a sua fundação, 1971, sendo a maioria de seus programas coordenados por assistentes sociais. Ao longo de sua trajetória na instituição, o Serviço Social foi sofrendo importantes transformações, passando o Assistente Social de mero executor de atividades assistenciais para a coordenação dos programas, com certa autonomia para conduzir suas ações, assumindo tanto funções de gerenciamento como de execução propriamente dita.

O Serviço Social foi conquistando o seu espaço dentro da instituição, e a este profissional foi atribuída a coordenação dos programas da IDES. Os objetivos do Serviço Social na Instituição estão concentrados na melhoria contínua, no atendimento de qualidade, na formação das crianças e dos adolescentes; no exercício da cidadania; no desenvolvimento do ser humano, num processo de formação para a vida e que lhes possibilite certa autonomia,

a inserção no mercado de trabalho em condições de igualdade perante outros adolescentes com melhores condições financeiras, no aproveitamento de possíveis oportunidades.

O profissional de Serviço Social é visto pela instituição como um facilitador no desenvolvimento dos objetivos institucionais e um socializador de informações, tanto para os usuários como para a própria Instituição. Além de garantir a participação da Instituição no contexto comunitário visando à integração e a participação junto aos Conselhos Municipais, Conselhos Estaduais, Universidades, Ministério Público, Poder Judiciário e demais organizações governamentais e não governamentais. A participação do profissional de Serviço Social dentro da IDES é fundamental, pois é este que formula, avalia, implementa e altera os projetos vinculados ao Núcleo, tendo como referência às mudanças no contexto social.

As atribuições dadas aos Assistentes Sociais dentro do Núcleo Formação e Trabalho (NUFT) consistem em: planejar, executar e avaliar o período de inscrições dos adolescentes ao projeto de aprendizagem; selecionar adolescentes para os processos seletivos nas empresas conveniadas; selecionar adolescentes para a avaliação médica ocupacional; definir substituições de adolescentes aprendizes nas empresas conveniadas; organizar e acompanhar os processos de admissões dos adolescentes aprendizes; organizar e acompanhar os processos de desligamento dos aprendizes; organizar e acompanhar o período de avaliação de desempenho dos aprendizes nas empresas conveniadas; planejar, executar e avaliar os treinamentos admissionais com os adolescentes inscritos; supervisionar e acompanhar o desempenho das estagiárias de Serviço Social; estabelecer contato com adolescentes e familiares; realizar atendimentos individualizados e familiares; planejar, executar e avaliar encontros com os familiares dos adolescentes aprendizes em conjunto com a Pedagogia; manter alimentado o sistema de informações institucionais; manter a Coordenação informada sobre os processos técnicos; seguir normas institucionais conforme Regulamento Interno; manter atitude ética e de respeito; participar das reuniões técnicas e da equipe de trabalho do núcleo; integrar comissões de trabalho.

No que se refere às legislações utilizadas para favorecer o processo de serviço social diante do Código de Ética, da Lei de Regulamentação da Profissão, a Lei de Aprendizagem 10.097 de 19/12/2000 e também o Estatuto da Criança e do Adolescente.

As assistentes sociais do NUFT possuem seu exercício profissional voltada á defesa dos direitos e deveres dos aprendizes. Com isto, sua prática está voltada para planejar, orientar, supervisionar, executar e avaliar os programas e projetos sociais.

Assim, com a prática norteadada pela lei que regulamenta a profissão, Lei nº 8.8662/93, em seu artigo 4º. “São competências do Assistente Social: II. Elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil” (BRASIL, 1993, p. 1).

As assistentes sociais do NUFT no processo de trabalho do cotidiano utilizam diversos instrumentais técnico-operativos para contemplar seus objetivos.

São utilizados os instrumentos:

- Entrevista: as assistentes sociais recebem os adolescentes para ouvir-lhes e deste modo vão preenchendo através do sistema do NUFT dados como: condição de moradia, familiar, renda bem como questões de ordem mais subjetivas dos adolescentes.
- Reunião: Este procedimento é realizado com a equipe técnica, e pode ser coordenado pelas Assistentes Sociais.
- Visita Institucional: Ocorre principalmente no período de avaliação das empresas conveniadas.
- Atendimento individual / familiar: atendimento aos adolescentes e responsáveis legais, para esclarecimento de dúvidas, visando contribuir para a superação de limitações e dificuldades profissionais, pessoais, escolares, advertindo, orientando e estabelecendo acordos com o adolescente.
- Desligamentos: realizado quando ocorre a rescisão do contrato de trabalho, podendo este ocorrer por motivos diversos: término do Contrato de Aprendizagem; por solicitação da empresa (substituição ou demissão) ou mesmo por solicitação do próprio aprendiz.
- Participação em reuniões: essa participação se dá tanto nas reuniões mensais do núcleo, da qual participa toda equipe, bem como das reuniões para orientação e supervisão de estágio, com a supervisora de campo.

O Serviço Social na instituição tem como objetivo atender os usuários de forma com que eles compreendam seus direitos, tanto os adolescentes como sua família, os assistentes sociais têm grande autonomia de fazer atendimentos relacionados à “proteção” do jovem e adolescente dentro da empresa/instituição, tudo o que é feito para melhorar e como já foi destacado, resguardar os direitos no qual o assistente social precisa intervir. Com isso, é importante refletir por que é tão importante o assistente social dentro das instituições. De acordo com Souza (2000, p. 35):

O profissional de Serviço Social é visto pela instituição como um facilitador no desenvolvimento dos objetivos institucionais e um socializador de informações, tanto para os usuários como para a própria Instituição. Além de garantir a participação da Instituição no contexto comunitário visando à integração e a participação junto aos Conselhos Municipais, Conselhos Estaduais, Universidades, Ministério Público, Poder Judiciário e demais organizações governamentais e não governamentais. A participação do profissional de Serviço Social dentro da IDES é fundamental, pois é este que formula, avalia, implementa e altera os projetos vinculados ao Núcleo, tendo como referência às mudanças no contexto social.

É importante lembrar que existem casos em que somente o assistente social deve interferir, de acordo com um artigo que fala sobre o exercício profissional do assistente social:

Devido a esse trabalho lidar com componentes heterogêneos da cotidianidade, todas as suas ações têm o intuito de, enquanto trabalhadores (burocracia) do Estado, implementar políticas sociais que irá atender necessidades humanas (não supridas por incapacidade do mercado), as refrações da “questão social”. É nessa esfera alienada que o assistente social irá analisar a partir da aparência as demandas que lhe chega e dar respostas por meio de mecanismos também falsamente compreendidos enquanto instrumentos técnico-burocráticos. A superficialidade e heterogeneidade do cotidiano é solo fértil ao sincretismo envolvido na prática do assistente social, “reiterando procedimentos formalizados abstratamente e revelando sua indiferenciação operatória. Combinando senso comum, bom-senso e conhecimentos extraídos de contextos teóricos [...] (NETTO, 2007, p. 107).

Sendo assim, o trabalho das assistentes sociais não é somente tentar resolver questões e sim analisar o que o usuário está trazendo a partir de seus instrumentos e técnicas, segundo o Martinelli, “[...] o assistente social trabalha com pessoas vulnerabilizadas que pedem um gesto humano: um olhar, um sorriso, uma palavra, uma escuta atenta, um acolhimento, para que possam se fortalecer na sua própria humanidade” (MARTINELLI, 2007, p. 23).

Em relação a IDES, que é uma ONG, é importante explicar e relacionar com o serviço social. Para começar, ONG é organização não governamental:

Um conceito base fundamental para entender o ímpeto de justiça social que motivou a constituição das ONGs trata da filantropia. A filantropia, característica inerente às Organizações Não Governamentais, esteve presente em todas as sociedades das quais se tem conhecimento documentado. De origem grega, “philos” significa “aquele que gosta de”, e “anthropos” homem, logo, o “amor ao homem” promoveu mobilizações das mais distintas possíveis em prol de causas individuais e coletivas que visassem à busca por mudanças sociais, políticas e econômicas. (RODRIGUES, 2015, p.19).

São situadas entre esfera pública e privada e que não tem fins lucrativos que desenvolvem atividades de interesse público para sistematizar a sociedade promovendo ações sociais, culturais etc.

Em relação às políticas sociais com as ONGS, para começar, a política social tem como objetivo atender as necessidades da população como, saúde, educação, proteção social e entre outros. Braga (2012) ressalta que as políticas sociais surgiram exclusivamente pela

desigualdade social sanada pelo capitalismo, em que os trabalhadores lutam há tempos por uma sociedade igualitária e a conquista de direitos sociais.

No decorrer dos anos no Brasil, foram implantadas grandes instituições, como Porfírio (2016) cita a partir de 1974 foram criados, o Loas, lei orgânica da assistência social, uma política social de seguridade; o SUAS, sistema único de assistência social, atua como proteção social para o brasileiro; CRAS e CREAS. A autora ressalta também que as transformações das políticas sociais nas ONGs são importantes de destacar, pois houveram grandes transformações positivas para a população e o crescimento da população.

Com isto, podemos descrever que as ONGS são:

[...] expressões condensadas de relações sociais, econômicas, políticas e culturais circunscritas historicamente e que hoje aparecem hegemonicamente como canais por onde a sociedade civil, principalmente a massa pauperizada, está sendo atendida. Em suma, as ONGs, como parte da sociedade civil, o que nos leva a considerar que também são arenas de lutas e disputas de projetos societários (MACHADO, 2010, p. 275-276).

E com esta discussão, é importante também reforçar o que são as ONGs no Brasil e na sociedade a partir das políticas sociais. Mota e Amaral (1998) dizem que as ONGs influenciam as políticas públicas a se fortalecerem cada vez mais, comprometendo educação pública e respeitando o ensino de vários grupos sociais e culturais. Ressalta também:

[...] a importância da presença e do papel das ONG's no cenário nacional e internacional, como espaço e instrumento de defesa dos direitos da população econômica e socialmente excluída, propondo e desenvolvendo ações que atentem, desafiem e comprometam o poder público no seu compromisso de prover políticas sociais públicas com qualidade e efetividade garantidas através do controle e da participação da população usuária (MOTA; AMARAL, 1998, p. 2).

Com isto, as ONGs relacionadas com a política social no Brasil e com as pesquisas relacionadas é visto como a população precisa de tais benefícios no qual foram conquistados com muita luta e sofrimento dos trabalhadores assalariados e não assalariados.

Como já foi disto anteriormente, a IDES tem como principal e único público, atendimento direto a crianças e adolescentes, sendo uma ONG voltada à população com vulnerabilidade baixa, com isto, é posta a Lei dos Direitos da Criança e Adolescente número 8069, de 13 de julho de 1990 defendendo esta parte da população, mais precisamente no NUFT:

Art. 60. É proibido qualquer trabalho a menores de quatorze anos de idade, salvo na condição de aprendiz.

Art. 61. A proteção ao trabalho dos adolescentes é regulada por legislação especial, sem prejuízo do disposto nesta Lei.

Art. 62. Considera-se aprendizagem a formação técnico-profissional ministrada segundo as diretrizes e bases da legislação de educação em vigor.

Art. 63. A formação técnico-profissional obedecerá aos seguintes princípios:

- I - garantia de acesso e frequência obrigatória ao ensino regular;
- II - atividade compatível com o desenvolvimento do adolescente;
- III - horário especial para o exercício das atividades.

Art. 64. Ao adolescente até quatorze anos de idade é assegurada bolsa de aprendizagem.

Art. 65. Ao adolescente aprendiz, maior de quatorze anos, são assegurados os direitos trabalhistas e previdenciários.

Art. 67. Ao adolescente empregado, aprendiz, em regime familiar de trabalho, aluno de escola técnica, assistido em entidade governamental ou não-governamental, é vedado trabalho:

I - noturno, realizado entre as vinte e duas horas de um dia e as cinco horas do dia seguinte;

II - perigoso, insalubre ou penoso;

III - realizado em locais prejudiciais à sua formação e ao seu desenvolvimento físico, psíquico, moral e social;

IV - realizado em horários e locais que não permitam a frequência à escola.

Art. 68. O programa social que tenha por base o trabalho educativo, sob responsabilidade de entidade governamental ou não-governamental sem fins lucrativos, deverá assegurar ao adolescente que dele participe condições de capacitação para o exercício de atividade regular remunerada.

§ 1º Entende-se por trabalho educativo a atividade laboral em que as exigências pedagógicas relativas ao desenvolvimento pessoal e social do educando prevalecem sobre o aspecto produtivo.

§ 2º A remuneração que o adolescente recebe pelo trabalho efetuado ou a participação na venda dos produtos de seu trabalho não desfigura o caráter educativo.

Art. 69. O adolescente tem direito à profissionalização e à proteção no trabalho, observados os seguintes aspectos, entre outros:

I - respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento;

II - capacitação profissional adequada ao mercado de trabalho (BRASIL, 1990, p. 1).

Com isto, pode-se perceber a importância do conhecimento da proteção contra o adolescente aprendiz trabalhador, pois em situações e desafios que a ONG enfrenta é diário, tanto com as famílias como com as empresas que algumas vezes não entendem o porquê de existir o momento da aprendizagem na vida de um jovem. Muitos deles pensam somente no lucro que o jovem precisa aprender a realizar e não em se tornar um ser humano melhor e com melhores experiências.

A aprendizagem é reconhecida desde 1943, na Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT Lei nº 5.452. Em 2000, foi aprovada a legislação específica para aprendizagem, denominada Lei da Aprendizagem, nº 10.097/2000 e regulamentada a partir do Decreto nº 5.598/2005.

Os jovens passaram a chamar atenção da sociedade como vítimas ou protagonistas dos problemas sociais, reforçando o imaginário social e representação da juventude como problema. Só mais recentemente, principalmente a partir dos anos 2000 é que outro movimento passa a ser delineado, reconhecendo a juventude como protagonista e cidadã, e

necessitando de ações e projetos que atendam aos seus interesses e demandas (FREITAS; PAPA, 2008).

E ainda de acordo com Mandelli e Soares (2011, p. 37-38),

Juvenil é um modo de sobreviver à tensão existencial entre o direcionamento da sociedade para que os jovens cumpram com as expectativas em relação ao mercado, ao conjunto de normas sociais e ao papel de futuro adulto e suas próprias expectativas e identidades. A relação com o social, um vetor dessa tensão, implica transformações na forma de ser jovem.

Em relação à importância dos jovens aprendizes alguns dados importantes sobre o desemprego precisam ser relatados, de acordo com o site do IBGE, no período 2004-2010, a economia brasileira apresentou uma taxa média de crescimento do PIB de cerca de 4%, com fortes impactos positivos sobre a geração de ocupações, o crescimento do emprego formal, a elevação dos salários (especialmente os mais baixos), a redução da participação da ocupação informal na estrutura ocupacional e uma forte redução do desemprego. Os dados do conjunto das regiões metropolitanas investigadas mensalmente pelo IBGE mostram uma tendência semelhante, mesmo quando se considera o período 2003-2013. No entanto, esses dados mais atualizados (2014-2015) apontam para uma queda da população ocupada nas metrópoles, estagnação do processo de ampliação da formalização e forte elevação do desemprego.

No período 2000-2010, a população economicamente ativa cresceu num ritmo maior (+20,7%) em comparação à população total (+12,3%) e à população em idade ativa (+18,3%). Mas esses ritmos de crescimento foram bem menores do que nas décadas anteriores e resultaram numa expansão muito pequena da taxa de participação (+2,0%), considerando que o patamar dessa taxa era relativamente baixo em 2000, num contexto de desemprego elevado. Portanto, a evolução demográfica contribuiu para que fossem maiores e mais positivos os impactos do crescimento econômico médio de 4% - ritmo bem menor do que o verificado no auge do processo de industrialização, de 7% entre 1950-1980 - sobre o mercado de trabalho. Os dados recentes disponíveis para as regiões metropolitanas sobre evolução da população em idade ativa, da população economicamente ativa e da taxa de participação mostram que a reversão dos impactos positivos não se deveu a um forte aumento da demanda por trabalho, indicando que a recente precarização do mercado de trabalho ocorre apesar dos impactos positivos da transição demográfica (IBGE, 2012).

Para falar sobre seus direitos enquanto jovem aprendiz relacionado à lei e a importância dos mesmos na sociedade, Andrade, Santos e Jesus (2016, p. 52) relatam:

Por meio dessa inserção de jovens no mercado, observa-se efeitos na ordem econômica e principalmente nas formações profissionais, o que, a curto prazo, estará qualificando jovens para desempenharem de forma inteligente e eficiente os seus ofícios no campo profissional. Assim, torna-se essencial para o crescimento da economia nacional, a ampliação dos programas de serviço nacional de aprendizagem, para que maior parcela de jovens possam engajar-se nos referidos programas, trazendo a oportunidade de trabalho para todos os jovens que despertem o interesse em se capacitar para o mercado de trabalho. Tratando-se ampliativamente de política pública, tal medida enseja a diminuição dos índices de miséria nas famílias brasileiras, ao passo que, ainda, contribui para a redução da taxa de desemprego no Brasil.

Portanto, vimos que é essencial o momento de ser jovem aprendiz na vida de qualquer adolescente em qualquer parte do país em diversas justificativas e situações.

2.3 O PERCURSO ACADÊMICO COMO ESTÁGIARIA: REFLEXÕES SOBRE O PROCESSO PEDAGÓGICO E A APRENDIZAGEM DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL

Para a formação de um profissional, o estágio é algo de suma importância, pois é uma forma de ter conhecimento na prática os ensinamentos do curso e melhorar seus conhecimentos. No caso do serviço social, é o primeiro contato prático do curso com situações reais, aprendem-se questões importantes como participação em atendimentos juntamente com o supervisor de campo e construir atuação profissional voltada sempre para a cultura ética política, com a garantia do acesso aos direitos por meio da construção de uma visão crítica e reflexiva das contradições existentes na realidade permitindo que o aluno pratique todo conhecimento/teoria adquirido na sala de aula.

Segundo Lewgoy (2013, p. 80)

Um dos grandes desafios no processo de supervisão de estágio é desenvolver, junto aos acadêmicos, a capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas, efetivando direitos a partir de demandas emergentes no cotidiano. Esse processo vai exigir a apropriação rigorosa dos fundamentos teóricos, metodológicos, históricos, éticos e políticos para balizar a dimensão operativa.

Ou seja, a autora destaca que os ensinamentos que foram obtidos são necessários na prática do estágio e “aproveitar” que estão sendo ensinados por profissionais já experientes e tirar dúvidas para a preparação de sua vida profissional quando estiver formado. Oliveira (2004) também relata que é de grande importância, pois o aluno tem contato com os problemas reais e pode debater sobre o assunto juntamente com seu supervisor, com a apropriação dos conhecimentos teóricos metodológicos que no qual orientam o exercício profissional do assistente social. O serviço social contém grandes enfrentamentos diante da realidade social do usuário, no momento do atendimento é analisada a realidade concreta do

mesmo e com isto é feita a questão social. Com estes elementos citados vemos o quão importante novamente, é para o aluno o estágio supervisionado, a realidade e o exercício profissional bem praticado.

A experiência de estágio na IDES (Irmandade do Divino Espírito Santo) mais precisamente dentro do NUFT (Núcleo Formação e Trabalho) com o foco em jovens aprendizes, foi de onde gerou o interesse para este trabalho.

Mesmo estando no meio do curso e com conhecimentos adquiridos com as aulas teóricas, textos importantes, professores dedicados, ainda faltava algo maior para a minha experiência e o estágio na IDES, com profissionais atenciosos e capacitados, foi algo de grande importância para minha experiência como estudante e principalmente como pessoa. Minhas experiências, como profissional, mesmo fora da formação foram poucas, cheguei no NUFT bastante “crua”, sou uma pessoa sociável mas precisei de ajuda para desprender da timidez e enfrentar jovens no qual muitas vezes passavam por problemas sérios.

No primeiro semestre e primeiros momentos eu era bastante ouvinte, nos primeiros meses acompanhava minha supervisora de campo em todos os atendimentos, reuniões, debates e afins, anotando tudo que necessário e tentando entender o ritmo de seu trabalho e da instituição. As demandas feitas pelos estagiários eram e ainda são de, acompanhar o supervisor de campo nas atividades para o encaminhamento dos adolescentes aprendizes ao mercado de trabalho, esse acompanhamento envolve atividades como: inscrição do adolescente para concorrer às vagas de aprendizagem; admissão como leitura de contrato explanando os direitos e deveres enquanto aprendiz; realizar o acompanhamento de atendimento seja por demandas apresentadas pelo próprio adolescente e família ou pela empresa contratante; acompanhamento da entrega de documentação dos aprendizes; acompanhar e auxiliar os aprendizes, em conjunto com a psicologia; reuniões e eventos organizados pelo núcleo.

Para melhor entendimento, é necessário explicar como funciona o NUFT (núcleo formação e trabalho). Subsiste por conta das empresas que se conveniam com a instituição para inserção de adolescentes ou jovens aprendizes. As empresas são divididas entre contratação direta e indireta, ou seja, diretas são as que contratam os serviços do NUFT a fim de requerer um adolescente ou jovem para exercer a função de aprendiz, estas se responsabilizam de repassar o salário e benefícios diretamente para os adolescentes contratados. Sendo assim, o núcleo se compromete com o amparo do adolescente em questões profissionais e pessoais, também referente à parte teórica que é determinada pela Lei n. 10.097:

Na hipótese de os Serviços Nacionais de Aprendizagem não oferecerem cursos ou vagas suficientes para atender à demanda dos estabelecimentos, esta poderá ser suprida por outras entidades qualificadas em formação técnico-profissional metódica, a saber:

I – Escolas Técnicas de Educação;

II – Entidades sem fins lucrativos, que tenham por objetivo a assistência ao adolescente e à educação profissional, registradas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

§ 1º As entidades mencionadas neste artigo deverão contar com estrutura adequada ao desenvolvimento dos programas de aprendizagem, de forma a manter a qualidade do processo de ensino, bem como acompanhar e avaliar os resultados (BRASIL, 2000, p. 2).

Com esta semelhança existem as empresas indiretas, que se conveniam. Porém, a total responsabilidade é repassada para a IDES, desde o encaminhamento do pagamento do salário, benefícios, ou seja, é responsável pelo processo admissional e de encerramento dos contratos de aprendizagem, além do suporte profissional e pessoal.

Atualmente, o núcleo possui aproximadamente duzentos e trinta e oito jovens atendidos. Os usuários que procuram o NUFT são tanto adolescentes e jovens de (14) quatorze a (24) vinte e quatro anos. Hoje não são exclusivamente sujeitos em situação de vulnerabilidade, há também aqueles que buscam sua primeira experiência profissional, com isso propiciando conhecimento. Além disso, almejam uma independência financeira, pois ainda dependem financeiramente dos pais ou responsáveis.

Existe uma correlação de forças uma vez que o núcleo atende em sua grande maioria o público privado, ou seja, as empresas privadas. Conforme já mencionado, as empresas são obrigadas a contratar aprendizes de acordo com a cota estabelecida pela lei da aprendizagem. Diante disso, a grande maioria das empresas possuem adolescentes aprendizes por terem sido notificadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, sendo então a partir de tal notificação há o conveniamento.

Como já descrito acima, para que esses jovens possam realizar sua inscrição a fim de conseguirem uma vaga de emprego é fundamental apresentar um comprovante de frequência escolar.

Quando o adolescente é inserido no Programa de Aprendizagem, conforme prevista pela Lei da Aprendizagem (BRASIL, 2014 p. 14) “as horas destinadas à teoria na entidade formadora deverão somar o mínimo de quatrocentas horas”. No NUFT o período de formação é dividido em três etapas: Formação Inicial tem a duração de vinte e cinco dias para os aprendizes que serão encaminhados para as instituições bancárias e para empresa de Tecnologia da Informação – TI e as demais empresas conveniadas trinta dias. Esse curso que

é ministrado por um educador de sala, irá capacitá-lo com informações gerais e pontuais sobre o mercado de trabalho e determinadas legislações.

Os adolescentes aprendizes são avaliados no final de cada módulo e durante as visitas realizadas nas empresas pelas educadoras sociais, assistentes sociais e psicóloga. Do mesmo modo ocorrem reuniões semestralmente com os familiares dos adolescentes para promover a integração dos funcionários do NUFT com os responsáveis e também uma avaliação do núcleo.

No NUFT é realizada uma reunião na última sexta-feira do mês, esses encontros servem como forma de planejamento das ações a serem desenvolvidas. Para tal reunião é preciso à participação de todos os colaboradores do NUFT incluindo também os estagiários. Essas reuniões são planejadas e feitas pela coordenadora do núcleo, no entanto a pauta fica aberta para qualquer outro colaborador que quiser inserir algum tópico. É nesse mesmo espaço que há também o processo de avaliação das ações feitas no NUFT.

Após alguns meses, aprendi a fazer algumas atividades burocráticas sem precisar de supervisão, como a admissão dos adolescentes para dentro do NUFT, ou seja, começar a trabalhar e ser inserido dentro da instituição. Foi algo bastante desafiador, pois é preciso ler regulamentos, redigir regras tanto para os adolescentes quanto para seus responsáveis, no começo foi algo difícil porém após treinos práticos acabou se tornando algo acessível de fazer. Foram feitas também, atividades mais burocráticas ainda como arquivar atestados de frequência escolar dos adolescentes aprendizes em pastas, organizá-las e adicionar no sistema. Minha supervisora me encorajou também logo nos primeiros dias, a ter contato com os adolescentes, pois é o núcleo tem como objetivo justamente, atender jovens aprendizes e os auxiliar com o que é preciso, todas as atividades no qual eu iria aprender, seria basicamente e foi relacionado a eles. Como já dito anteriormente, o contato direto com os jovens foi desafiador, porém não impossível, o mais complicado foi disciplina- los para o mercado de trabalho, em alguns momentos era preciso, pois haveria consequências, como advertências e muitas vezes não era aceitável por eles, e cabia ao serviço social conversar para chegar a um consenso, alguns jovens ainda não entendiam que o trabalho era algo real e precisava ser levado a sério. Portanto, uma das experiências como estagiaria era, no primeiro semestre juntamente com a assistente social, supervisora de campo, atendê-los.

No ano seguinte, ou seja, terceiro semestre de estágio foram liberados pela supervisora alguns atendimentos feitos somente pela estagiaria, em alguns casos, a assistente social não estava presente e as demandas eram feitas pela estagiária, que com o tempo já estava preparada para realizá-los como, por exemplo, conversa inicial com adolescentes que

entraram no primeiro dia de aprendizagem, orienta-los até as salas, apresentar a instituição e sanar dúvidas. Como dito anteriormente, em alguns casos a supervisora de campo não estava presente por algum motivo profissional ou até pessoal, com isto, alguns adolescentes compareciam até a sala pedindo orientação, querendo tirar dúvidas sobre a aprendizagem ou até mesmo conversar sobre algo pessoal, estes assuntos cabem a assistente social, porém, com a sua ausência e autorização, cabia a estagiária tentar realizar os atendimentos a partir do que foi aprendido e desenvolvido. Outra questão importante, porém, um pouco mais desafiadora, eram as visitas nas empresas filiadas a IDES, os adolescentes eram contratados por estas empresas a partir da instituição, porém com isto, a IDES precisava sempre os acompanhar mesmo que fora, por isto era necessária à visita pelo menos uma vez para cada adolescente. Sousa (2008) destaca a importância das visitas institucionais:

Muitas podem ser as motivações para que o Assistente Social realize uma visita institucional. Enumeramos três delas:

1. Quando o Assistente Social está trabalhando em uma determinada situação singular, e resolve visitar uma instituição com a qual o usuário mantém alguma espécie de vínculo;
2. Quando o Assistente Social quer conhecer um determinado trabalho desenvolvido por uma instituição;
3. Quando o Assistente Social precisa realizar uma avaliação da cobertura e da qualidade dos serviços prestados por uma instituição.

Em todos os casos, sobretudo nos 02 últimos, o que se quer fazer é conhecer e avaliar a qualidade da política social – o que requer do profissional um intenso conhecimento teórico e técnico sobre políticas sociais. Pode-se perceber, a partir do elencado acima, que os instrumentos de trabalho não são atomizados ou estáticos: eles podem coexistir em um mesmo momento. A observação participante está presente em todos os demais; em uma visita domiciliar a entrevista pode ser utilizada; no trabalho de mobilização comunitária, reuniões podem ocorrer, além de visitas institucionais, dentre outras situações. Várias combinações entre eles podem ser descritas, porque a realidade da prática profissional é muito mais dinâmica e rica do que qualquer tentativa de classificação dos instrumentos de trabalho (SOUSA, 2008, p. 128).

Em alguns casos a estagiária acompanhava as assistentes sociais ou outros profissionais como educadores sociais e/ou psicóloga nestas visitas, algo de grande importância, pois eram tratados assuntos sobre a vida de um indivíduo ainda mais tendo sua primeira experiência profissional. A conversa com atendimento era feita por algum profissional da IDES, estagiária adolescente aprendiz e seu supervisor na empresa (profissional), não tive a oportunidade de seguir sozinho nenhum atendimento deste tipo, mas acompanhei diversos deles e gratificante para a experiência como estagiária.

Em relação as advertências, fiz poucas sem a assistente social junto, pois era um processo delicado, e demandava mais conhecimento, porém, acompanhei várias.

Em relação à supervisão acadêmica, a turma era pequena, composta de 12 alunos e as conversas eram produtivas, os alunos juntamente com a professora relatavam suas experiências diferentes nos campos de estágio, algumas positivas e outras negativas, sempre compartilhando conhecimentos novos. Lewgoy (2013, p. 167) destaca a importância:

A supervisão de estágio é canal de ligação entre as disciplinas e os campos de estágio, na medida em que privilegia a análise conjuntural de processos sociais em curso na sociedade geradora das múltiplas expressões da questão social; ela possibilita a elaboração e a reelaboração do objeto de intervenção e a criação de estratégias comprometidas com a dimensão ético política do projeto profissional em duas particularidades socioinstitucionais.

Algo que deixou a desejar eram as atividades teóricas e textos que poderiam ser mais debatidos entre os alunos e a professora. Com o tempo, as conversas foram melhores, a timidez foi deixada de lado, e as dúvidas também iam surgindo. Algo importante destacar também foram feitas visitas a três campos de estágio diferente, para os alunos conhecerem as experiências dos colegas, como, no Centro Cultural Escrava Anastácia, Maternidade Carmela Dutra, e na IDES, no qual eu fiquei à frente, apresentei a instituição, com orientação da supervisora fiz um cronograma do que ia apresentar aos colegas e professora.

Acredito que, - todas estas situações relatadas no decorrer da experiência de estágio precisam ser praticadas no dia a dia, pois é algo que se aprende somente na realidade, no decorrer da faculdade na parte teórica, não foram aprendidas inúmeras situações. Os professores nos preparam corretamente, porém como já dito, os exercícios profissionais nestes casos só podem ser feitos a partir da prática profissional.

É importante destacar também e de grande relevância, a bibliografia sobre Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social, da ABEPSS, 1996, no qual relata algumas matérias no decorrer do curso, importante para o estágio curricular. É possível identificar através desse documento a importância de sua reformulação visando acompanhar essas novas formas e aparições da questão social, também oferecendo uma base comum entre as unidades que ofertam o curso, sem desprezar possíveis particularidades e pluralidades de cada instituição, permitindo certa flexibilidade e autonomia, mas pretendendo manter um mesmo padrão de qualidade entre os cursos de Serviço Social filiados a ABEPSS e os profissionais formados dentro dessas diretrizes.

O documento inicia trazendo uma reflexão sobre os pressupostos da formação profissional e o que chama a atenção é a importância de compreendermos o Serviço Social como uma profissão num processo constante de transformação, que acompanha as mudanças da sociedade junto a suas relações sociais. Fica em destaque o caráter interventivo da

profissão em relação às questões sociais resultantes de um sistema capitalista. Na intenção de dar sequência a base de um currículo, segue com princípios norteadores focados na permanente construção de conteúdo ‘teórico-ético-políticos-culturais’, que trazem fatores fundamentais para que o curso siga uma mesma lógica.

Consideramos todos os princípios essenciais, porém segue um destaque para reflexão sobre seu sentido: “O estudo de uma teoria social crítica que nos leve a uma verdadeira apreensão da totalidade social nas dimensões de universalidade, particularidade e singularidade”. Se um estagiário em determinada instituição, se depara com uma demanda em particular, é exigido a compreender aquela particularidade que foi compelida, porém é necessário fazer uma análise do contexto daquele usuário, para então propor medidas que sirvam, não somente para aquele único sujeito, mas para além daquela necessidade.

Dessa forma é possível compreender que a formação desse currículo base é de extrema importância para uma futura formação profissional, que se dá num conjunto de conhecimentos, podendo ser traduzidos como: Núcleos de Fundamentação. Esses núcleos se dividem da seguinte forma: Núcleo de fundamentos Teórico-Methodológicos da Vida Social; Núcleo de Fundamentos da Particularidade da Formação Sócio Histórica da Sociedade Brasileira e Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional. Podemos pensar que cada Núcleo tem suas responsabilidades, Núcleo de Fundamentos Teórico-Methodológicos da Vida Social trata diretamente do ser social enquanto totalidade histórica; Núcleo de Fundamentos de Formação Sócio Histórica da Sociedade Brasileira reflete a questão econômica, social, política e cultural da sociedade brasileira e por fim o Núcleo de Fundamentos do trabalho Profissional considera a profissionalização do Serviço Social. Mas, para que o objetivo do processo de formação seja cumprido, é preciso a fusão dos três.

Como resultado de todo esse projeto curricular são nomeadas matérias básicas, ou bases para orientar currículos das unidades de ensino filiadas a ABEPSS, coerentes e alinhadas com o objetivo da renovação e vinculadas aos princípios e diretrizes antes estabelecidos. Existe no texto os pressupostos de formação profissional que informam a revisão curricular para o curso, onde existem alguns tópicos importantes, como ideologias diferentes da sociedade, discussão da relação do serviço social com a questão social e também mostra a necessidade do aluno e do profissional buscarem mais conhecimento sobre os assuntos em que estão diretamente ligados.

Na formação profissional também são adquiridos os princípios que fundamentam a formação profissional, a flexibilidade de organização é importante para o curso, professores e alunos; a parte rigorosa e trato teórico principalmente pois é preciso para que os alunos

tenham responsabilidade; um currículo organizado é necessário, não esquecendo também da importância das questões relativas; dimensões de ensino, pesquisa e extensão.

As diretrizes curriculares da formação profissional têm características como importância do processo histórico para o curso; relação sobre a formação profissional; entendimento das demandas da profissão; entender o enfrentamento das questões sociais e problemas profissionais dentro das instituições.

Os núcleos de fundamentação, teórico metodológico da vida social, formação sócio-histórico da sociedade brasileira e do trabalho profissional, são importantes para entender o que se passa ao longo do curso. As disciplinas são debatidas por seus pontos negativos e positivos, apesar de todas as disciplinas de fazerem essenciais, algumas ainda deveriam ser adicionadas e outras não necessitariam de tanta ênfase.

O estágio é uma parte extremamente importante da formação acadêmica e profissional, pois as teorias embasam a parte prática, e para isso é necessário que o estudante tenha conhecimento significativo do que foi estudado e apresentado em sala de aula.

Acreditasse que o documento da ABEPSS foi um grande avanço para o curso de Serviço Social, pois ele reforça que o Serviço Social é um curso de constante renovação e que é fundamental acompanhar essas mudanças. Além disso, outro fator importante é que o documento contribui para o alinhamento de uma base curricular do curso, que garante minimamente que os estudantes de Serviço Social no país possam dialogar, representar e defender ideais próximos. Em estudos paralelos podemos identificar que ainda há um grande número de instituições de ensino superior no curso de Serviço Social que não são filiadas a ABEPSS e não se preocupam em seguir as diretrizes desse currículo, com a informação de que a maioria dessas instituições de ensino são particulares, deixando claro que ainda há muito o que ajustar e que não é possível uma acomodação, porque não importa apenas a formação acadêmica e profissional, mas cabe a todas as assistentes sociais a preocupação com toda a categoria e os rumos que o curso e a profissão se propõe a tomar.

3 O SERVIÇO SOCIAL NA IDES E A NOVA JORNADA DE TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL

3.1 A TRANSFORMAÇÃO DO TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL NO SÉCULO XXI

O serviço social atualmente, no século XXI pode ser apresentado em diversas explicações, uma delas é de acordo com Santos e Manfroi (2015, p. 192):

O exercício profissional do assistente social, portanto, está determinado por sua condição de trabalhador inserido na reestruturação dos processos de trabalho, que resultam em contratações temporárias, terceirização, baixos salários, ausência de autonomia e reconhecimento profissional, e falta de condições de execução do trabalho no setor público. Neste sentido, a falta de financiamento das políticas sociais brasileiras impacta diretamente o trabalho do assistente social no país, espaço privilegiado de atuação deste profissional.

É importante também ressaltar sobre os espaços ocupacionais e as dimensões que as assistentes sociais atuam e implicam e com novos surgimentos dos mesmos, as demandas se expandem, como na área de saúde, assistência, previdência e instituições privadas e lembrando também, das atuações de campo de estágio. Na área da saúde, obtiveram mudanças na área de saúde mental de drogas, expansão de serviço de emergência e pronto atendimento. Na assistência, foi criado o Suas, foram alteradas as definições de atuação a gerenciamento e mudanças relacionadas à violação de direitos. No campo da previdência, merece destaque a relação rural/urbana, com benefícios de aposentadoria, adoecimento no trabalho, acidentes e informalidades. Com isto, foram alteradas legislações trabalhistas, previdenciárias e reformas da previdência. A expansão da área sócio jurídica também merece destaque, novos postos de trabalhos em tribunais, ministério público defensoria pública, assim como a grande demanda de emergência de demandas, no caso das medidas socioeducativas, mediação de conflitos e violação de direitos. Nos anos 2000, é adensada por novos elementos, reveladores dos processos sociais em curso na conjuntura brasileira deste século, como o crescimento da violência, a criminalização das drogas, os mecanismos de criminalização da pobreza, a prática da judicialização dos direitos e garantias sociais.

A área socioambiental também ganha destaque, as grandes empresas desenvolvem trabalhos comunitários, expandindo as áreas físicas, projetos que envolvem a questão ambiental e sustentabilidade. Este campo estendeu-se para a educação ambiental, e desocupação, passando pelo projeto de saneamento e resíduos sólidos. As demais políticas também merecem destaque:

[...] programas seletivos e focalizados, que aderem temporária e provisoriamente às políticas estruturadoras em todas as esferas das políticas públicas. Os programas Bolsa Verde, Mãe Coruja, Rede Cegonha, Brasil Carinhoso, entre outros, vinculados às políticas sociais estruturadoras, são realizados por ONGs, Oscips e fundações de direito privado, mediados pelas parcerias público-privadas que vêm contratando precariamente alguns profissionais do Serviço Social (MOTA, 2014, p. 698).

O processo de renovação dos quadros profissionais no Serviço Social brasileiro, é um segmento jovem que vivencia a instabilidade e a desproteção social do trabalho, ocupam postos de trabalho precarizado e “[...] encontra-se mais permeável à ofensiva tecnicista, pragmática e anti-intelectual, derivada da massificação do ensino e das pedagogias e metodologias de ação institucionais” (MOTA, 2014, p. 702).

Com isto, é visto que a necessidade de mudanças do extensivo leque da profissão de serviço social é sempre necessária, como já dito acima, o capitalismo na sociedade, relação entre a redução ou precarização de postos de trabalho, cujos trabalhadores “sobrantes” e “precarizados” são alvo da criminalização da pobreza, da judicialização individual e do não atendimento das suas necessidades, quando não das políticas ativas de trabalho e renda ou de programas de transferência de renda, sem que se visibilize a determinação social e prática dessa metamorfose. Elas atualizam as necessidades do grande capital sob a aparência do atendimento às necessidades do trabalho e, tendencialmente, transformam-se em objetos de atuação que parecem descolar-se das estruturas que as determinam. Obscurecem as determinações econômicas, políticas e ideoculturais sob o argumento de atenderem a necessidades reais que afetam as classes trabalhadoras no seu cotidiano de vida e trabalho. Necessário também relacionar as universidades com o mercado de trabalho, nas aulas práticas (estágios) para a preparação dos novos profissionais com o capitalismo e as demandas grandes do Estado.

As ações profissionais contêm diferentes elementos, no quais são condicionantes e estruturantes. Os condicionantes orientam os profissionais dentro de um projeto societário no qual tem uma direção ético política. Os estruturantes são os que sustentam qualquer ação, o conhecimento/investigação, o planejamento, a documentação, os objetivos, as formas de abordagens dos sujeitos a quem se destinam as ações, os instrumentos técnico-operativos e outros recursos. O conhecimento/investigação está ligado com a realidade sobre o lugar ocupacional que o assistente social está inserido; o planejamento norteia o exercício profissional; a documentação sistematizada.

O estruturante da ação profissional está ligada com o saber definir as abordagens com a realidade do sujeito e o destinatário da ação no qual o assistente social irá fazer, no qual são realizados através dos instrumentos técnico-operativos e seus recursos, alguns exemplos

desses instrumentos são: reuniões; entrevistas; encaminhamentos; visita domiciliar; entrevista familiar e entre outros.

Para entender melhor todas estas situações, são explicadas as três dimensões referentes ao serviço social: teórica, ética e técnica. O conhecimento e explicação da realidade no qual o profissional está inserido, o planejamento e documentação do processo, objetivos, formas de abordagem dos sujeitos para nortear a ação sobre o assunto e por fim, os instrumentos técnico- operativos. A relação entre o indivíduo e sociedade e a ações enfrentadas pelo cotidiano profissional é importante destacar para grande desempenho, a partir das demandas postas pelos usuários. As ações definem o objetivo e caráter do que será “estudado”, é realizada através da investigação, pesquisa e conhecimento das necessidades da população. É importante destacar também três eixos: processos político-organizativos, processos de planejamento e gestão e processos socioassistenciais.

Por fim, no texto, Mota (2014) explica o fazer profissional em diferentes ângulos, “As ações profissionais passam a ser entendidas para além dos espaços e das áreas/campos onde são realizadas, sendo vinculadas sobremaneira ao projeto profissional”. (Mota, 2014, p.697). A preocupação central no texto sobre a ação profissional é sobre a necessidade de ampliar o debate sobre o entendimento da dimensão técnico operativa para conduzir corretamente as escolhas profissionais.

O serviço social passa por muitas transformações da modernização nos últimos anos, sempre de acordo com as necessidades e transformações sociais; econômicas; culturais. Isso significa que, a dimensão política está relacionada aos projetos societários.

De acordo com Miotto e Lima (2009, p. 23):

[...] o neoconservadorismo tenderia a incorporar as demandas do mercado como determinantes da formação profissional, enquanto a direção social estratégica, construída no início dos anos de 1990, conectaria as sinalizações do mercado à análise crítica macros socioculturais e aos valores e objetivos da profissão.

O primeiro projeto fala sobre o “instrumental operativo” e o segundo investe na pesquisa e na apropriação da teoria social moderna. Netto (1996), diz que “tais possibilidades tenderão a estar permeadas por tensões e conflitos na definição de papéis e atribuições com outras categorias socioprofissionais”.

Discutir sobre as transformações da profissão de serviço social ao longo dos anos e sua dimensão técnico operativa é de grande importância para a formação dos estudantes, pois, ajuda a compreender o mundo do trabalho do assistente social e ainda auxilia sobre as construções teórico-éticas, em resumo, dimensiona nas ações profissionais.

Discutir a dimensão técnico operativa do serviço social quer dizer que, de acordo com Mioto e Lima (2009, p. 27): “a proposição e formulação de políticas sociais, o planejamento, gestão e articulação de serviços e programas sociais, ou o atendimento direto aos usuários em diferentes instituições e programas sociais”. Portanto, a ação do assistente social se resume nos tipos de demandas flexíveis que o profissional opera; grandes problemas sociais; constante conflito nas competências e organizações; incerteza de disponibilidade graças aos recursos públicos; respostas não elaboradas pela incerteza de fatos pela falta de variáveis e a dificuldade de controlá-las. Ainda sobre esses fatores o processo interventivo nos casos não depende só do assistente social, mas também dos outros sujeitos envolvidos; espaços educacionais que o profissional está inserido; encaminhamento no qual ele fará se está disponível para o usuário.

Na intervenção profissional é realizada de acordo com sujeitos diferentes a partir dos seus indicadores como: os espaços sócio ocupacionais público ou privado e as instituições; funções tradicionalmente desempenhadas como plantão social e parecer econômico; classificação a partir das ações realizadas pelo assistente social; diferentes políticas sociais; população alvo.

A formação técnica operativa está em grande parte da supervisão de estágio, ou seja, é o primeiro contato que o aluno de serviço social tem com a prática da profissão e novos desafios para colocar a teoria em atividade, isso quer dizer “formação generalista versus a formação especialista”.

A compreensão da intervenção precisa ser entendida a partir da trajetória histórica da profissão, condicionada as relações de classe da sociedade tanto por condições materiais e sociais da vida do trabalhador. A prestação do serviço social vem da dimensão social, de acordo com Yamamoto e Carvalho (1982, p.80), “na qual incidem sobre o campo do conhecimento, dos valores, dos comportamentos e da cultura, produzindo efeitos reais na vida dos sujeitos apesar dos seus resultados nem sempre se corporificarem como coisas materiais”.

Sobre a prática profissional dos assistentes sociais, novamente, falando sobre os dias atuais no século XXI, é importante destacar os principais instrumentos de trabalho, Souza (2008) discorre em seu texto, as observações do profissional a partir dos atendimentos e dos conhecimentos da realidade; entrevistas individuais ou grupais, com objetivos das demandas da instituição, empresas etc.; dinâmica de grupo são técnicas para melhorar o atendimento para levar a uma reflexão com o objeto de intervenção nas relações sociais; reunião, para decisões coletivas; mobilização de comunidades, como projetos societários e trabalhos de comunidade de um modo geral; visita domiciliar, no qual aproxima a instituição que está

atendendo com o usuário, para tornar a realidade mais sucinta; visita institucional, a partir dos instrumentos de trabalho e das demandas novamente da instituição ou empresa. Em relação aos instrumentos de trabalho indiretos, o autor novamente destaca: atas de reunião, anotações de todas as falas no decorrer da reunião; livros de registro, instrumento para a anotação de todas as atividades realizadas no dia a dia; diário de campo, trata-se de anotações livres e individuais também do dia a dia; relatório social, é algo formal, a partir das demandas e atividades apresentadas; parecer social, organização das atividades realizadas pelas assistentes sociais.

Contudo, é de relevância discorrer as atividades, instrumentos de trabalho, mesmo que indireta ou diretamente (a partir da escrita) para ter o entendimento dos desafios que o assistente social enfrenta enquanto profissional como já dito anteriormente, no século atual XXI. Todos estes elementos têm espaços fundamentais nos saberes institucionais e nas funções que desempenham as profissionais.

Sobre as transformações no decorrer dos anos, as conquistas do século atual, obtiveram conquistas com muita luta. A profissão de serviço social surgiu basicamente pelo desenvolvimento pelo capitalismo industrial e da expansão urbana com necessidade de mediador das classes sociais, burguesia industrial e proletariado fabril. Uma das condições de trabalho é à força de seu trabalho em atividade subordinada a classe capitalista. O profissional de serviço social necessita das políticas sociais para o exercício profissional se concretizar.

O assistente social como intelectual tem como instrumento de trabalho a linguagem na produção de conhecimento científico, no qual se desenvolvem à medida que se aprofunda o capitalismo.

3.2 A QUESTÃO DA NOVA JORNADA DE TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL: SOBRECARGA E TRABALHO CONDENSADO, REBAIXAMENTO E DIFERENCIAÇÃO SALARIAL

Nos tempos atuais, mais precisamente no século XXI, como já dito anteriormente, os assistentes sociais enfrentam muitos desafios diários impostos pela sociedade, principalmente no sistema econômico do capitalismo com o trabalho, pois como as dificuldades na profissão são extensas, de acordo com Antunes (1995, p. 121 apud TINTI, 2005, p. 32) “[...] o ato de produção e reprodução da vida humana realiza-se pelo trabalho. É a partir do trabalho, em sua cotidianidade, que o homem torna-se ser social, distinguindo-se de todas as formas não humanas”.

Em relação com o serviço social, além de sabermos que a profissão surgiu entre o antagonismo e o capital trabalho podemos dizer que, “O mercado de trabalho criado para o assistente social é como executor das políticas sociais, e a massividade da relação profissional assalariada marca o caráter efetivamente não liberal de seu exercício” (TINTI, 2015, p. 37). Ou seja, o capitalismo e mercado de trabalho do serviço social estão vinculados com as políticas sociais, Netto (2007, p. 32) diz:

Enquanto a intervenção do Estado burguês no capitalismo, a política social deve constituir-se necessariamente em *políticas sociais*: as sequelas da “questão social” são recortadas como problemas *particulares* (o desemprego, a fome, a carência habitacional, o acidente de trabalho, a falta de escolaridade, a incapacidade física etc.) e assim enfrentadas.

Com isto ocorreram novas legislações para regulamentar os serviços e programas de proteção social aos indivíduos em situação de vulnerabilidade social. Porém, com o surgimento da crise de 2008 no qual sua maior característica foi de quebra mundial, as perdas no mercado imobiliário e a falta de liquidez bancária.

Porém, algumas situações mudaram:

[...] dimensão fundamentalmente política, que expressa o inconformismo, a rebeldia, a indignação, as formas de consciência das classes subalternas por meio de diferentes e variadas formas de lutas, organizações e ações que expressam suas necessidades e demandas junto ao conjunto das frações das classes dominantes e ao Estado (DURIGUETTO, 2013, p. 1).

É preciso reconhecer o trabalho das assistentes sociais, a grande parte da população não tem conhecimento sobre sua função e é preciso deixar claro principalmente dentro da instituição que é uma ONG na qual são feitos trabalhos voluntários. Dentro da área da criança e adolescente o serviço social é essencial, depois que o usuário tem um contato mais próximo com o assistente social ele entende o quão importante é seu trabalho e essencial para a instituição.

Em relação ao trabalho das assistentes sociais no NUFT:

[...] questões relacionadas ao mundo do trabalho se refletem na vida familiar, desemprego e subemprego. Os pais acabam não tendo como sustentar suas famílias. No entanto o dia-a-dia das famílias é por si estressante, sendo que estes problemas mais tarde acarretam em manifestações dentro de casa, como brigas entre o casal e entre os pais e filhos, vícios e até mesmo agressões. Sendo assim, as crianças, por serem indefesas, acabam sendo as maiores vítimas dos adultos, pois "o homem adulto é mais poderoso, e a criança é destinada de qualquer poder" (AZEVEDO e GUERRA, 1989: 51). Dessa forma, crianças e adolescentes acabam sendo uma das expressões da questão social (SOUZA, 2000, p. 33).

Dentro do núcleo as assistentes sociais em conjunto com estagiária e quando é preciso também com a psicóloga, são feitos atendimentos individuais para entender o problema do adolescente ou jovem, com isto é realizado o atendimento e a profissional tenta de acordo com seus estudos realizar a assistência.

Novamente de acordo com Souza (2000, p. 27):

O trabalho do assistente social se dirige, no âmbito da divisão do trabalho (trabalho coletivo), para a obtenção de efeitos específicos sobre as carências sociais. Então o trabalho do assistente social requerido como especialidade na divisão sociotécnica do trabalho e na forma assalariada, para responder as estratégias de dominação burguesa no enfrentamento das questões sociais que emergem da diferenciação e conflito das classes sociais, possuindo legislação que assegura condições para o exercício profissional.

Com isto, no ano de 2010, surgiu a necessidade a importância da redução da jornada de trabalho das assistentes sociais de 40 horas semanais para 30 horas sem redução salarial. Houve uma lei para isto com sua publicação, lei nº 12.317, de 27 de agosto de 2010.

É importante ressaltar também que a conquista das 30 horas semanais sem redução de e salário para assistentes sociais deve ser compreendida no conjunto das lutas da classe trabalhadora, porque contribui para a garantia de melhores condições de trabalho e se insere na luta pelo direito ao trabalho com qualidade para todos/as. Para reforçar esse entendimento, em 20 de dezembro de 2010, o MPOG publicou a Portaria nº 3353, incluindo a categoria de assistente social dentre as que fazem jus à carga horária inferior a 40 horas semanais, com respaldo na legislação específica, ou seja, a Lei 8.662/1993, artigo 5º. A, acrescido pelo artigo 1º da Lei 12.317/2010 (BRASIL, 2010, p. 1).

Sobre os cargos comissionados relacionados com a lei citada acima, não é possível obrigar o empregador a aplicar a lei, exceto se houver um acordo entre as partes. A distribuição das cargas semanais vai de acordo com empresa ou instituição juntamente com o empregador. Já os profissionais que exercem, concomitantemente, atividades inerentes à profissão não é possível obrigar a instituição empregadora a aplicar a lei em vigor.

Os profissionais que realizaram concurso público para a jornada de 40 horas são obrigados a exigir a mesma lei.

A lei tem a intenção explícita de reduzir a jornada de trabalho para garantir melhores condições para o exercício profissional de assistentes sociais, tendo em vista as peculiaridades de suas atividades. A instituição empregadora deve ter em seus quadros a quantidade de profissionais necessárias/os ao atendimento às demandas institucionais e dos usuários (BRASIL, 2010, p. 1).

Cabe esclarecer que o CFESS e os CRESS não podem representar os interesses individuais das/os assistentes sociais em juízo.

A conquista das 30h aconteceu a partir da crise do capital, como já dito acima e refletiu totalmente na classe trabalhadora, aconteceram muitos retrocessos de direitos sociais, conquistados no passado com muita luta. Alencar e Granemann (2009) mencionam que no capitalismo contemporâneo, o acirramento de luta de classes acentuou a desvalorização e a exploração da força de trabalho, visando à perpetuação da reprodução ampliada do capital e que para assegurar o nível das taxas de lucro, utilizam-se várias estratégias de condições (tanto econômica, como políticas), tendo como intuito à desvalorização da força de trabalho e o conjunto das relações sociais.

O assistente social vivencia, no dia a dia, estas relações, pois o mesmo está ligado diretamente à desigualdade social e sujeitos com seus direitos violados em praticamente qualquer área.

Boscheti (2011, p. 567) destaca sobre a conquista a partir das leis:

A conquista desse direito é resultado da confluência de vários elementos, sendo determinante a direção política do Conjunto CFESS/Cress, sua firmeza na defesa do projeto de lei e a construção de estratégias em duas direções: pressão política coletiva sobre os poderes Legislativos e Executivos e articulação com sujeitos determinantes em momentos chave em todo o processo. (BOSHETI, 2011, p.567)

Na pesquisa realizada para elaboração deste TCC, foi identificada outra dissertação, cujo tema dialoga diretamente com as reflexões aqui sistematizadas. Trata-se do trabalho de Joice Macedo Alceno (2012), com o título “O reflexo da redução da carga horária dos assistentes sociais no cotidiano profissional”, orientado pela professora Katia Regina Almeida, cuja defesa ocorreu em cinco de dezembro de 2011.

Falando novamente sobre as mudanças do trabalhador brasileiro, Alceno (2012) diz que o homem foi se especializando nas áreas que o mesmo tem maior facilidade para garantir sua maior sobrevivência, Alceno (2012, p. 11) destaca Lucas:

Marx define o trabalho como a atuação do homem sobre a natureza externa visando imprimir forma útil aos seus recursos, dando respostas a necessidades humanas de toda sorte. Dito de forma diferente, o trabalho representa dispêndio de força humana física e mental sobre a natureza para a produção de valores-de-uso.

Porém, no processo de trabalho o homem precisa de outros elementos para concretizar seus objetivos, e Mandel (1978 apud Alceno (2012, p. 11) relata que:

[...] todo produto elaborado pelo homem é resultado de três elementos, que são: o objeto do trabalho, que é a matéria-prima produzida pela natureza, de forma direta ou indiretamente; o instrumento de trabalho, que é o meio de produção desenvolvido pelo o homem; e o sujeito do trabalho, que é a aquele que realiza o dispêndio de força física e mental sobre a matéria-prima através da utilização do instrumento de trabalho.

Com toda esta reflexão, Alceno (2012) também destaca sobre o ser social, ela diz que o mesmo vem além de um processo evolutivo. Sobre a sociedade capitalista, o trabalho tem outro significado, diferente do que Marx alega, a maior parte se caracteriza para obtenção de lucro e com isso acaba gerando exploração no trabalho e a desigualdade social fica cada vez maior. De acordo com Alves “o capitalismo é o único modo histórico de produção em que a força de trabalho é mercadoria”, ou seja, Eaton (1965, p. 26 apud ALCENO 2012, p. 13) destaca:

A sociedade capitalista contém três características peculiares, sendo elas: 1) A riqueza é concentrada nas mãos de poucos homens (a classe capitalista), que possui os meios de produção, ou seja, as matérias-primas, fábricas, máquinas, etc., bem como a riqueza em dinheiro. 2) Grandes massas não dispõem dos meios de conseguir a subsistência, exceto pela venda de sua capacidade de trabalho em troca de salários [...] 3) Praticamente toda a produção não é feita para o uso pessoal dos produtores, mas para a troca, a venda no mercado.

Ou seja, a venda da força de trabalho é o único meio de sobrevivência.

Hoje em dia está sendo mais comum a precarização do trabalho, pois os donos de empresas têm o consentimento que o trabalhador precisa demasiadamente do emprego e com isto surge a exploração e violação da classe trabalhadora.

Sobre a privatização, algo que está recorrente no Brasil, é importante ressaltar que de acordo com Guerra “tem investido no enfraquecimento dos movimentos sociais, trabalhistas, sindicais, de modo que sua ascensão vem em razão direta à regressão e fragilidade das formas de organização dos trabalhadores via sindicatos, partidos e outras instituições democráticas”, ou seja, é através dos trabalhadores que surgem as lutas sociais para conseguir ou manter seus direitos. (GUERRA, 2007, p.9)

O desemprego também é algo que merece destaque, pois além da precarização do trabalho, existe a falta dele e com isto, acaba gerando conflitos e competitividade entre os trabalhadores. Iamamoto e Carvalho (1982) mencionam que vários estudiosos apontam que somente uma parcela ínfima da população está inserida em empregos estáveis e que são providos de direitos trabalhistas e sociais. Alceno destaca também, em relação aos jovens no qual os mesmos estão sem perspectiva de vida profissional, pois o mercado exige experiência. Acontece também com pessoas de mais de quarenta anos de idade, as mesmas são consideradas “idosas” também para o mercado de trabalho. Com todas estas afirmações a autora tem a conclusão de que, os mesmos sujeitos acabam vendendo sua força para um trabalho informal.

Alceno (2012, p. 21) diz que:

Cabe-nos ressaltar que, este processo tem incidido diretamente nas intervenções profissionais desenvolvidas pelos(as) assistentes sociais, assim como nas condições e relações de trabalho destes(as) profissionais, que, por sua vez, também ficaram à mercê dos ditames do capital.

A redução da carga horária dos assistentes sociais reflete muito do que foi explicado até agora, pois obviamente, os mesmos fazem parte da classe trabalhadora e com estas mudanças é necessário também refletir sobre Yamamoto e Carvalho (1982, p.56) explica que o assistente social, “é um trabalhador assalariado, vende sua força e trabalho especializado aos empregadores, em troca de um equivalente expresso na forma monetária, expresso no preço de sua força de trabalho, o salário ou proventos”.

Silva e Ramos (2015, p. 213) analisam também a discussão anterior relacionado à conquista da jornada com a conquista da classe trabalhadora no século XX:

Essa redução da jornada de trabalho, ao se configurar como conquista para a classe trabalhadora, contrapõe-se, por isso mesmo, ao sistema sociometabólico do capital. Desse modo, conjuntamente observa-se um forte processo de correlações de forças, em que se percebe, por parte do capital, a tentativa de burlar essa e outras conquistas históricas desbravadas pela classe trabalhadora.

Ou seja, muitas lutas precisaram ser feitas para chegar a bons resultados, a sociedade precisou enfrentar desafios difíceis dos direitos humanos, em que pela lei já era para estar sendo executada.

Alceno destaca que o assistente social precisa intervir na classe trabalhadora e instituições empregadoras para realizar seu exercício profissional. Raichelis (2013, p.424) diz que:

[...] para problematizar o trabalho do assistente social na sociedade contemporânea supõe pensá-lo como parte alíquota da classe trabalhadora, que vende sua força de trabalho em troca de um salário, submetido aos dilemas, e constrangimentos comuns a todos os trabalhadores assalariados.

A jornada para este resultado foi longa, “dia 28 de Agosto de 2007, onde no Plenário da Câmara foi apresentado a PL 1890/2007, que trazia como pressuposto a redução da carga horária para os assistentes sociais de quarenta para trinta horas semanais” (ALCENO, 2012, p.32). O CFESS elaborou um documento para ter maior ênfase no pedido, no qual foi enviado para todos os senadores justificando a importância da redução das horas. A senadora Lucia Vania foi a responsável por “ir a luta” junto com as assistentes sociais para isto se tornar realidade, claro que não excluindo que muitos assistentes sociais (grande maioria) enviou muitos e-mails para senadores solicitando a redução da carga horária. “No dia 03 de Agosto de 2010, realizou-se o ato público “[...] que contou com a presença de estudantes e

profissionais de diferentes gerações e estados do Brasil, além de representantes de movimentos sociais e de partidos políticos de esquerda que apoiaram esta luta” (SANTOS, 2008, p. 11) e que lotaram a Esplanada dos Ministérios”. Foi explicado para o presidente do senado José Sarney que os assistentes sociais são os que mais sofrem com o desgaste vindo do trabalho pois em sua maioria, ficam a maior parte de seu dia se dedicando a ele, o que torna grande sua força de trabalho, o parlamentar prometeu defender a “inclusão de pauta”. O Deputado Mauro Nazif ressaltou também que a aprovação da PLC iria igualar os assistentes sociais com as demais profissões no âmbito da saúde, que já realizavam a carga horária de trabalho de trinta horas semanais”. Apesar da conquista parlamentar ter sido um sucesso, a luta estava só começando, pois era encontrada muita resistência nos setores públicos para a implementação da mesma.

Algo que merece destaque, como já dito acima, é que mesmo depois da aprovação da conquista, muitos lugares ainda não aceitavam esta implementação, através da entrevista que Alceno realizou, as assistentes sociais relataram que praticavam a lei das 30h semanais de modo “escondido” de outros colegas de outras áreas, e que isto era muito comum, com isto refletimos sobre a resistência que obteve na época e que ainda acontece hoje em dia, tanto no público como no privado. Outra questão importante é que “No âmbito dos municípios, a resistência se realiza sob o discurso de que a Lei das “trinta horas” é uma Lei Federal, que não se aplica aos servidores municipais, pois cada município tem autonomia para definir seus contratos de trabalho, através de estatuto próprio”. (ALCENO, 2012, p.45)

É concluído então que a lei das 30h é algo que compete com capitalismo, no qual tem o objetivo de reduzir cada vez mais o direito do trabalhador, com isto Alceno (2012, p. 46) diz que:

[...] cabe-nos precisar que a prática profissional do(a) assistente social, neste processo de legitimidade do Estado em favor do Capital é de suma importância, pois este(a) profissional assume a função de controlar e canalizar os conflitos e demandas emergentes da sociedade, que, por sua vez, são geradas pela contradição da sociedade capitalista. Logo, o exercício profissional dos(as) assistentes sociais é muito importante no processo de reprodução da força de trabalho, porquanto produz “efeito nas condições materiais e sociais daqueles cuja sobrevivência depende do trabalho” (IAMAMOTO, 2006, p. 67), através de serviços sociais disponibilizados em programas e projetos, de acordo com a área na qual o assistente social está vinculado.

O objetivo maior da implementação desta lei é para que o assistente social consiga sem dificuldade implementar a atuação do seu projeto profissional tem destaque as três dimensões, “ético-político, teórico-metodológico e técnico-operativo” também tem como reflexo seu cotidiano. Vasconcelos (1968, p. 16) diz que, “os assistentes sociais, ainda que

portadores de um discurso progressista parecem, em sua maioria, não mostrar possibilidades de superar uma prática de caráter conservador”. A luta pela carga também tem como objetivo como já dito, seguir em risca o código de ética feito pela profissão, no qual em alguns casos não estava sendo seguido graças à dificuldade implantada pelos profissionais sobre o exercício profissional, 1993, “compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional”. Sobre o exercício profissional é importante ressaltar novamente que o assistente social atende demandas algumas vezes desgastantes e precisa de momentos de descanso, o mesmo lida com sofrimento do usuário como dependência química, psiquiátrica, conflitos de relacionamento e etc. O assistente social em algumas situações, não consegue realizar a intervenção profissional de extrema violação de direitos ou casos muito graves, isto acaba frustrando e fazendo com que o assistente social se sinta incapaz o mesmo fazendo que o mesmo adoença. A falta de condições éticas e técnicas; redução de financiamento das políticas sociais impostas pelo Estado, faz com que todos estes casos acima aconteçam. “Neste sentido, a lei das “trinta horas” ainda que não altere estruturalmente a organização do trabalho, possibilita diminuir a sobrecarga do trabalho, o que pode melhorar a saúde do (a) trabalhador(a), ainda impor limites à exploração do trabalho pelo capital, BOSCHETTI”

Outro elemento importante é falar sobre trabalhar para o Estado, que no caso está totalmente relacionado à burocracia.

O assistente social tem um papel de grande importância na sociedade, pois intervém quando necessário, pois atua na sociedade civil no qual informa e auxilia a população sobre os seus direitos e suas relações sociais. Yamamoto e Carvalho (1982, p. 230) novamente dizem que:

[...] requer um profissional informado, culto, crítico e competente. Exige romper tanto com o tecnicismo estéril, quanto com o pragmatismo, aprisionados no fazer pelo fazer, em alvos e interesses imediatos. Demanda competência, mas, não a competência autorizada e permitida, a competência da organização, que dilui o poder como se ele não fosse exercido por ninguém, mas derivasse das “normas” da instituição, da burocracia. O requisito é ao inverso, uma competência crítica capaz de decifrar a gênese dos processos sociais, suas desigualdades e as estratégias de ação para enfrentá-las. Supõe competência teórica e ético-política que subordine o “como fazer” ao “o que fazer” e, este, ao “deve ser”, sem perder de vista seu enraizamento no processo social.

Alceno destaca que é preciso lembrar que a redução das 30h faz parte também de outras categorias profissionais para melhores condições de trabalho, no entanto abre precedentes para novas lutas e conquistas para a classe trabalhadora. É importante registrar

que esta luta é favorável, como já dito para muitas áreas, reforçando a classe trabalhadora, Boschetti (2011, p. 564) diz, “[...] podem provocar mudanças nas condições de vida e de trabalho daqueles que dependem da venda de sua força de trabalho para assegurar a produção e a reprodução de suas vidas”.

Concluindo, o assistente social faz parte da divisão sócio- técnica do trabalho e enfrenta o processo de precarização que a classe trabalhadora está enfrentando, a ausência de concurso público é algo impactante também e a precarização no ambiente sócio ocupacional.

A autora destaca sobre a real necessidade da redução da jornada em benefício dos profissionais a partir das leis:

O conjunto representativo CFESS/CRESS apreendendo este processo e a necessidade da redução da jornada de trabalho para esses (as) profissionais, desencadeou uma luta política em favor da aprovação da PLC 152/2008 para que se estabelecesse a carga horária máxima de trabalho semanal de quarenta para trinta horas (BOSCHETTI, 2011, p. 570).

As 30h semanais materializam o projeto ético político da profissão a partir da qualidade de serviço prestada da população. Esta lei, ajudou em grande parte em relação a prática profissional e a qualidade de trabalho, contudo a luta ainda não terminou, pois vivemos em uma sociedade bastante explorada principalmente a classe trabalhadora.

Sobre a diferenciação salarial dos assistentes sociais com outros profissionais, é preciso discutir que ocorre em grande parte do país e muitas vezes vêm da cultura das instituições ou empresas, como diz a autora:

O assistente social como trabalhador assalariado desenvolve sua ação criadora dentro das exigências e condições impostas por quem compra sua força de trabalho, e é nessas condições que se materializa a sua relativa autonomia, devido às limitações institucionais do profissional na condução de suas ações (IAMAMOTO, 2015, p. 197).

O assistente social, muitas vezes, não é reconhecido pela população e a mesma não tem o entendimento do quanto é importante para a sociedade em geral, com isto, é importante a existência de artigos e trabalhos falando sobre. Sobre isto, Raichelis (2013, p. 620) diz que:

Se o Serviço Social foi regulamentado historicamente como profissão liberal, seu exercício profissional se realiza mediatizado por instituições públicas e privadas, tensionado pelas contradições que atravessam as classes sociais na sociedade do capital e o assistente social submetido à condição de trabalhador assalariado, cuja atividade se assenta em normas próprias que orientam as relações de trabalho.

Com isto, pode-se dizer que o serviço social é uma profissão como qualquer outra no qual tem os mesmos direitos, pois tem função principal no Estado e na sociedade. Como diz novamente Raichelis (2011, p. 434) “[...] a ação coletiva contra o rebaixamento intelectual e a

desqualificação do trabalho profissional, a denúncia da violação de direitos dos próprios assistentes sociais como trabalhadores no exercício de sua cidadania laboral”.

Sobre a falta de mercado de trabalho e concursos públicos, é algo que reflete também para os assistentes sociais, no entanto os mesmos acabam trabalhando em mais de uma instituição ou empresa para cobrir seus custos merecidos, o que causa desgaste físico e emocional. Alceno diz que muitos assistentes sociais por terem seus vínculos empregatícios fragilizados, acabam fazendo seu trabalho tendo conflito com as éticas- políticas. Alguns profissionais não ficam satisfeitos com essas demandas, e com isto acabam denunciando e procurando o CRESS, Santos (2008, p. 325) destaca que “são profissionais que nomeiam entraves e limites institucionais que revelam, simultaneamente, o modo de agir do Estado nas respostas às expressões da questão social, por meio de políticas sociais com ênfase na focalização”.

Uma das pautas da categoria profissional é a redução da carga horária dos assistentes sociais, como já dito acima, porém desencadearam muitos desafios no qual ainda estão presentes. De acordo com Boschetti (2011, p. 55):

[...] a conquista desse direito é resultado de vários elementos, sendo determinante a direção política do Conjunto CFESS / CRESS, sua firmeza na defesa do projeto de lei e a construção de estratégias em duas direções: pressão política coletiva sobre os poderes Legislativos e Executivos e articulações com sujeitos determinantes em momentos-chave em todo o processo.

A conquista da jornada de 30 horas semanais obteve sucesso, porém, ainda precisa ser discutida cotidianamente e a luta precisa continuar, algumas empresas e instituições oferecem vagas de outros cargos, mas para profissionais de serviço social, com o objetivo de pagar um salário mais baixo com a carga horária mais alta e como o mercado de trabalho está bastante escasso, os profissionais acabam aceitando a vaga e se sujeitam a trabalhar de acordo com estas condições. Boschetti (2011, p. 583) destaca novamente que:

Esta luta só acabará quando todos (as) os(as).assistentes sociais do Brasil tiverem assegurada a jornada semanal de trinta horas com salários compatíveis com suas atribuições. Esse direito fundamental para as condições de vida deve ser compreendido e contextualizado nas lutas mais gerais por uma sociedade que não transforme o trabalho e a vida em mercadoria a serviço da acumulação.

Para finalizar, conversando com a assistente social do NUFT, a mesma relatou que o trabalho está com muitas demandas para somente uma assistente social, o “erro” da instituição é os que profissionais fazem função de todos ao mesmo tempo, mesmo que não demande de sua profissão. Ou seja, contratando outra assistente social as demandas continuariam grandes, o essencial é acabar com a cultura de demais profissionais fazerem funções que não são suas.

Como já dito anteriormente, o grande problema atual dos assistentes sociais em outras instituições ou empresas é o desgaste emocional, a maioria cogita por terapia fora do trabalho para conseguir conciliar vida pessoal com a profissional sem sair prejudicado, Vicente (2015) relata em suas pesquisas que a classe trabalhadora sente distúrbios de sono; medo e crises de choro; sentimento de impotência; depressões; angústia/ansiedade; fadiga e alterações metabólicas. São grandes as discussões sobre o assunto, o que se percebe atualmente, no século XXI e, mais precisamente no atual governo é a grande chance para população que lucra cada vez mais do que a preocupação do emocional e o social do ser humano, principalmente relacionado com a vulnerabilidade social baixa.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com este trabalho, podemos analisar a importância da discussão sobre a jornada de trabalho do assistente social com foco na redução da carga horária de 30 horas semanais dos profissionais. É explicado de modo geral a profissão e seu decorrer histórico, mas com a experiência de estágio vivenciada na Irmandade do Divino Espírito Santo que foi dado como a primeira motivação para a conclusão do mesmo.

Primeiramente, vimos a IDES como uma instituição que atende a adolescentes e jovens com profissionais capacitados de serviço social que os atende de forma íntegra a partir do código de ética e humana. Apresentando a ONG historicamente e como funcionam diariamente todos os núcleos.

Com isto, foi preciso também ser analisado a profissão e seu processo histórico para explicar suas transformações institucionais no século XX, suas conquistas na sociedade para chegar onde estão e fazer que com os leitores reflitam que sua execução teve momentos bons e ruins até os anos atuais. Como, primeiras escolas no ano de 1936 sendo antecedente a intervenção católica e demandas justificadas somente para a caridade. Na mesma época se formam as primeiras alunas e surge o primeiro congresso dos assistentes sociais, uma vitória de grande porte, pois foram discutidas lutas que ainda estavam por vir como reconhecimento da profissão nas empresas e instituições. Nesta mesma época surge o SENAI e o SESI, com o objetivo de melhorar a vida dos trabalhadores de indústrias e a Fundação Leão VIII, que atuava nas áreas de vulnerabilidade social baixa.

Na época do regime militar, atingiu muito também a história da profissão, muitos assistentes sociais foram enfrentados e violados, pois atingia diretamente as classes subalternas e o que a profissão defendia e ainda defende, tentando eliminar a resistência cultural e o crescimento econômico.

Nos anos 70, ocorreu o II PND no qual tinha como objetivo, beneficiar a população com nível de pobreza absoluta, com o regime militar no fim, tudo ficou mais maleável. E com estas consequências e acontecimentos, em 1979 ocorreu a crise do capital aos ataques sob os trabalhadores, nesta época, houve grandes mobilizações operárias dos trabalhadores afim, da luta contra a ditadura militar, redemocratização do país e organização dos trabalhadores relacionados a independência de classes. Nos anos 80, fundação da CUT (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra) e CMP (Central de Movimentos Populares). Nestes períodos obtiveram algumas bases como, a luta pelo salário mínimo profissional e a carga horária das assistentes sociais no qual culminou com Lei n. 4645/84. Outra informação

importante também neste período é de que a constituição de 1988, os servidores públicos, estavam proibidos de construir sindicatos.

Com isto, todos estes estudos se encaixam perfeitamente nas relações com as transformações do trabalho do assistente social no século XXI a partir de suas lutas e conquistas.

Foi explicado também sobre as assistentes sociais na IDES, com as funções de: planejar, executar e avaliar o período de inscrições dos adolescentes ao projeto de aprendizagem e etc.

As ONGs no Brasil, como a IDES tem como objetivo realizar trabalhos com a população de vulnerabilidade social baixa e atende-las de modo a entender seus direitos enquanto cidadão no seu dia a dia.

Como dito anteriormente, no decorrer do trabalho foi discutido o percurso acadêmico como estagiária para a reflexão do trabalho do assistente social na sua jornada de trabalho voltada para o exercício profissional, uma análise crítico reflexiva a partir do que foi estudado na teoria e vivificado na prática profissional.

Por fim, foram analisadas e feitas discussões sobre a questão da nova jornada de trabalho, como e por que surgiu, a partir do capitalismo, sua consequência, mudanças e demandas. A transformação do trabalho do serviço social no século XXI, como já dito, a partir do exercício profissional. O trabalho condensado na IDES, com somente uma assistente social atuando sozinha no núcleo, com demandas fortes que exigem tempo e pensamentos a partir do que foi estudado e no código de ética.

Com isto, podemos concluir que a nova jornada de trabalho obteve mudanças para a realização do exercício profissional e a prática do assistente social, tanto no decorrer de seu trabalho como para os estudantes e podemos perceber também que é uma luta ainda recorrente.

REFERÊNCIAS

- ALCENO, Joice Macedo. **O reflexo da redução da carga horária dos assistentes sociais no cotidiano profissional**. 2012. 64 f. TCC (Graduação em Serviço Social)- Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.
- ALENCAR, Mônica Maria Torres de; GRANEMANN, Sara. Ofensiva do capital e novas determinações do trabalho profissional. **Rev. Katál.**, Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 161-169, jul./dez. 2009.
- ANDRADE, Júlio Mendonça de; SANTOS, Karlos Kleiton dos; JESUS, Gustavo Santana de. O Programa Jovem Aprendiz e sua importância para os jovens trabalhadores. **Interfaces Científicas**, Aracaju, v. 4, n. 2, p. 45-54, fev. 2016.
- BOSCHETTI, Ivanete. Condições de trabalho e a luta dos(as) assistentes sociais pela jornada semanal de 30 horas. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 107, p. 557-584, jul./set. 2011.
- BRAGA, R. **A Política do precariado: do populismo à hegemonia lulista**. São Paulo: Boitempo, 2012.
- BRASIL. **Lei n. 8.069**, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm. Acesso em: 19 jun. 2018.
- BRASIL. **Lei n. 10.097**, de 19 de dezembro de 2000. Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/110097.htm. Acesso em: 19 jun. 2018.
- BRASIL. **Lei n. 12.317**, de 26 de agosto de 2010. Acrescenta dispositivo à Lei no 8.662, de 7 de junho de 1993, para dispor sobre a duração do trabalho do Assistente Social. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/110097.htm. Acesso em: 19 jun. 2018.
- BRASIL. **Código de ética do/a assistente social**. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. 10. ed. rev. e atual. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2012. 60 p. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf. Acesso em: 19 jun. 2018.
- BRASIL. **Manual da Aprendizagem: o que é preciso saber para contratar o aprendiz**. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego, 2014. 88 p. Disponível em: <https://www.nube.com.br/informacoes/cartilha-do-aprendiz/cartilha.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2019.
- BRITO, Flávia Lorena; PERIPOLLI, Odimar João. Origem e desenvolvimento do Capitalismo no campo: uma discussão para além dos números. **Revista Nera**, v. 20, n. 40, set./dez. 2017.

CAMPOS, Franceline Souza. **Projeto Jovem Aprendiz – IDES/PROMENOR: Percepção do adolescente sobre a sua inserção no mundo do trabalho.** Monografia (Graduação em Serviço Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

CFESS. **Direito se conquista: a luta dos/as assistentes sociais pelas 30 horas semanais.** Conselho Federal de Serviço Social – Gestão Atitude Crítica para Avançar na Luta. Brasília: CFESS, 2011.

FREITAS, Maria Virgínia de; PAPA, Fernanda de Carvalho. **Políticas Públicas: Juventude em Pauta.** 2. ed. São Paulo: Cortez: Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação: Fundação Friedrich Ebert, 2008.

DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Questão social, sociedade civil e lutas sociais: desafios ao Serviço Social.** 2013. Disponível em: cress-mg.org.br/publicacoes/Home/PDF/32. Acesso em: 20 abr. 2019.

GUERRA, Yolanda. O Projeto Profissional Crítico: estratégia de enfrentamento das condições contemporâneas da prática profissional. In: **Revista Serviço Social & Sociedade.** São Paulo: n.91, Cortez, 2007.

GUIMARÃES, Naira. **Família e a inserção do adolescente no mercado de trabalho: Um reflexo das estratégias de sobrevivência familiar.** TCC (Graduação em Serviço Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

IBGE. **Indicadores IBGE (2003-2011).** Pesquisa Mensal de Emprego. Principais destaques da evolução do mercado de trabalho nas regiões metropolitanas abrangidas pela pesquisa. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** 26. ed. São Paulo, Cortez, 2015.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil.** São Paulo: Cortez, 1982.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica.** 17. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

IDES - Irmandade do Divino Espírito Santo. **Informações institucionais.** 2019. Disponível em: <http://www.ides-sc.org.br>. Acesso em: 20 abr. 2019.

IDES - Irmandade do Divino Espírito Santo. Núcleo Formação e Trabalho. **Regimento Interno.** Florianópolis: IDES, 2014.

LACERDA, Lélica. Exercício profissional do assistente social: da imediatividade às possibilidades históricas. **Serv. Soc. Soc.,** São Paulo, n. 117, p. 22-44, jan./mar. 2014

LEWGOY, Alzira Maria Baptista. O estágio supervisionado em serviço social: desafios e estratégias para a articulação entre formação e exercício profissional. **Temporalis,** Brasília (DF), v. 13, n. 25, p. 63-90, jan./jun. 2013.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO Regina Célia Tamasso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Rev. Katál**, Florianópolis, v. 10 n. esp. p. 37-45, 2007.

MACHADO, Graziela Scheffer. O Serviço Social nas ONGs no campo da saúde: projetos societários em disputa. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 102, p. 269-288, abr./jun. 2010.

MANDEL, Ernest. **Introdução ao Marxismo**. São Paulo: Antídoto, 1978.

MANDELLI, Maria Teresa; SOARES, Dulce Helena Penna; LISBOA, Marilu Diez. Juventude e projeto de vida: novas perspectivas em orientação profissional. **Arq. bras. psicol.**, v. 63, p. 49-57, 2011.

MARTINELLI, Maria Lúcia. O exercício profissional do assistente social na área da saúde: algumas reflexões éticas. **Serviço Social & Saúde**, Campinas, v. 6, n. 6, p. 1-144, maio 2007.

MIOTO, Regina Célia Tamasso; LIMA, Telma Cristiane Sasso de. A dimensão técnico-operativa do Serviço Social em foco: sistematização de um processo investigativo. **Revista Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 8, n. 1, p. 22-48, jan./jun. 2009.

MOTA, Ana Elizabete. Espaços ocupacionais e dimensões políticas da prática do assistente social. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 120, p. 694-705, out./dez. 2014.

MOTA, Ana Elizabete; AMARAL, Ângela Santana de. Reestruturação do capital, fragmentação do trabalho e Serviço Social. In: MOTA, Ana Elizabete (org.). **A nova fábrica de consensos**. São Paulo: Cortez, 1998.

NETTO, J. P. Transformações societárias e Serviço Social. Notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. **Serviço Social & Sociedade**, ano XVII, n. 50, p. 87-132, abr. 1996.

NETTO, J. P. *Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

OLIVEIRA, Cirlene A. H. S. Formação profissional em Serviço Social: “velhos” e novos tempos,... constantes desafios. **Revista Serviço Social e Realidade**, v. 13, n. 2, 2004.

RAKOS, Florencia Medina. **O Programa Jovem Aprendiz e as expectativas das Empresas em relação aos Jovens-Adolescentes encaminhados pelo Centro Cultural Escrava Anastácia**. 2016. 67 f. Monografia (Graduação em Serviço Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

REINA, Camila. **Análise Institucional: Irmandade do Divino espírito Santo – IDES do Núcleo Formação e Trabalho – NUFT**. Relatório técnico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

RODRIGUES, Thamires Meira. **O papel das ONGs no Brasil: Uma visão gerencial aplicada à causa animal**. 2015. 73f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Gestão de Políticas Públicas). – Faculdade de Ciências Aplicadas. Universidade Estadual de Campinas, Limeira, 2015.

SANTOS, C. **Trajectórias da Profissão do Serviço Social em Portugal. Identidades Profissionais do Serviço Social em Portugal.** Salvador: Quarteto Editora, 2008.

SANTOS, Maria Teresa dos; MANFROI, Vania Maria. Condições de trabalho das/os assistentes sociais: precarização ética e técnica do exercício profissional. **Em Pauta**, Rio de Janeiro, n. 36, v. 13, p. 178-196, 2015.

SILVA, Kleylenda Linhares da; RAMOS, Sâmia Rodrigues. Desafios da classe trabalhadora: Serviço Social na luta por condições de trabalho. **Em Pauta**, Rio de Janeiro, n. 36, v. 13, p. 197-223, 2015.

SOUSA, Charles Toniolo de. A prática do assistente social: conhecimento, instrumentalidade e intervenção profissional. **Emancipação**, Ponta Grossa, v. 8, n. 1, p. 119-132, 2008.

SOUZA, Adriana do Nascimento de. **A Ação do Assistente Social no Programa Jovem Trabalhador da Promenor.** 2000. 66 f. TCC (Graduação em Serviço Social)- Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000.

TINTI, É. C. Capitalismo, trabalho e serviço social. *In*: TINTI, É. C. **Capitalismo, trabalho e formação profissional: dilemas do trabalho cotidiano dos assistentes sociais em Ribeirão Preto.** São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015.

VASCONCELOS, A. M. Relação Teoria/Prática: o processo de assessoria/consultoria e o Serviço Social. *In*: **Revista Serviço Social & Sociedade.** São Paulo: n. 56, Cortez, 1998.

VICENTE, Damares. *Desgaste mental de assistentes sociais: um estudo na área da habitação.* **Serv. Soc. Soc.**, n. 123, p. 562-581, 2015.